



Relatório Anual de Monitoramento

ANO-BASE
2020

MINISTRO DA ECONOMIA

Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcelo Pacheco dos Guaranys

SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOUREIRO E ORÇAMENTO

Bruno Funchal

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA

Gustavo José de Guimarães e Souza

CHEFE DE GABINETE

Alexandre de Oliveira Lima Loyo

ASSESSOR

Luiz Alberto D'ávila De Araújo

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Fernando Sertã Meressi

EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Cristiano Ordones Portugal

Daniel Souza Coelho

Debora Nogueira Beserra

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Rodrigues da Silva

Ernesto Batista da Silva Filho

Flávia Pedrosa Pereira

Isaac Costa Campeche

Ismael Damasceno Pavani

Luis Fernando Magnani de Oliveira

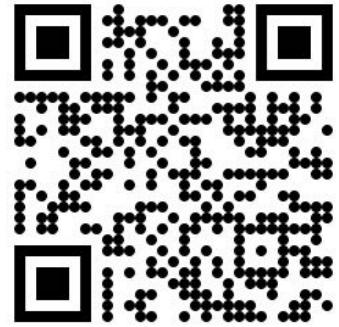
Mariana Meirelles Nemrod Guimarães

Paulo França de Oliveira

Rafael Martins Neto

Roberto Wagner da Silva Rodrigues

Valéria Cristina Passos Valentim



Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023

Ano Base 2020

O Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, ano base 2020, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas finalísticos do plano, bem como trazendo um balanço das realizações durante o primeiro ano do Plano Plurianual (PPA).

O referido Plano foi instituído no âmbito da Carta Magna brasileira, com o propósito de estabelecer “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada” (§ 1º, art. 165, da Constituição Federal de 1988).

Além de cumprir a determinação legal contida no artigo 15 da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual 2020-2023, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA vigente, de forma a possibilitar maior eficiência e eficácia na alocação de recursos e melhores resultados para a sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo país na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

O Relatório de Monitoramento apresenta, de forma introdutória ao Relatório, a estrutura e a metodologia do PPA 2020-2023. Na sequência, consta a análise do comportamento das variáveis macroeconômicas mais relevantes durante o período do Plano. Posteriormente são apresentados o sumário executivo, com os grandes números referentes à evolução do PPA, e o resumo dos principais destaques dos programas finalísticos observados no exercício de 2020. Por fim, este relatório traz o demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos investimentos plurianuais – ano base 2020, conforme consta no artigo 15, inciso III, Lei 13.971/2019.

O Relatório em si está organizado em duas partes, sendo a primeira relativa ao monitoramento dos programas finalísticos do PPA, com informações relativas ao objetivo, meta, indicador, resultados intermediários e investimentos plurianuais prioritários constantes do anexo III, seção I, e a segunda reservada aos quadros demonstrativos da execução dos recursos orçamentários e não orçamentários. No conjunto, o relatório fornece um panorama abrangente do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

O QUE É O PPA

O planejamento das políticas públicas do governo federal tem como um dos principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de orientar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Uma das funções do planejamento governamental é apontar os rumos para o desenvolvimento econômico e social do país, considerando as capacidades estatais disponíveis. Nesse sentido, o PPA 2020-2023 busca, por meio de seus quatro pilares fundamentais (simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação e visão estratégica com foco em resultados) orientar as políticas públicas expressas através dos programas finalísticos para alcançar efetividade, a fim de atender às demandas oriundas da sociedade.

Estrutura e Metodologia do PPA 2020-2023

O Plano Plurianual 2020-2023 da União é fruto do aprimoramento dos planos anteriores, dando sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo federal. Os programas finalísticos do PPA têm foco na busca por resultados, neste sentido, destaca-se o resultado intermediário como atributo infralegal que visa dar maior materialidade às entregas previstas, facilitando o acompanhamento da execução do plano, tanto por parte da própria administração pública, quanto da sociedade.

Conforme previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2020-2023, a estrutura do plano é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na Figura 1. A dimensão estratégica é subdividida em duas categorias, Eixos estratégicos e Diretrizes, enquanto a dimensão programática compreende os programas finalísticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Essas duas dimensões são ancoradas na dimensão operacional, que não está detalhada na Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e não orçamentários, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas.

Figura 1 - Camada Lógica do PPA 2020-2023



A figura acima é importante não apenas porque sintetiza, de forma visualmente amigável, os elementos do PPA, mas também porque permite compreendê-los à luz do modelo lógico. É justamente o encadeamento entre as camadas lógicas e os elementos do PPA que garante a efetividade do plano, ou seja, sua capacidade de servir como instrumento para resolução dos problemas que afligem à sociedade.

O PPA 2020-2023 foi elaborado mediante um processo de ampla discussão dentro do governo federal, com o envolvimento de diversos órgãos, e também de efetiva participação social, recebendo contribuições de pessoas dos mais variados segmentos da sociedade.

A metodologia do PPA 2020-2023 não representa um rompimento com as metodologias das edições anteriores, mas um avanço incremental, incorporando os elementos bem-sucedidos, como a utilização do Modelo Lógico para formatar o problema a ser enfrentado e a manutenção da separação formal entre o Plano e o Orçamento. Entre as inovações estão o alinhamento a uma visão de longo prazo, para além da própria vigência do PPA, determinada pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) e o foco em qualificar o conteúdo dos programas finalísticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas de políticas públicas para cada área por meio de seus atributos, que representam as entregas mais relevantes e estruturantes da ação governamental.

Na dimensão estratégica, o PPA 2020-2023 assume como visão de futuro a diretriz principal estabelecida pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD): elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais. Essa diretriz principal se desdobra em seis eixos estratégicos:

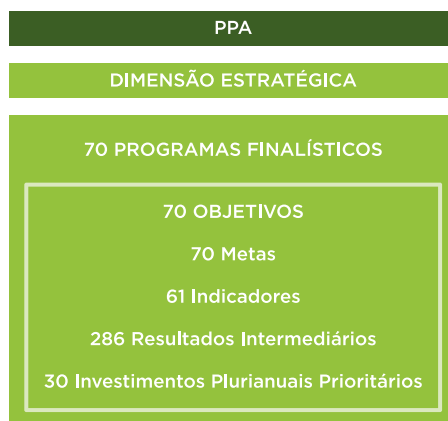
- Ambiental;
- Econômico;
- Infraestrutura;
- Institucional;
- Social; e
- Estratégia de Defesa.

O PPA 2020-2023, em sua dimensão estratégica, apresenta as prioridades definidas pela cúpula de governo, as quais traduzem a agenda de compromissos apresentada pelo presidente eleito para o País. A dimensão estratégica do PPA se desdobra em duas categorias: Diretrizes e Temas. As Diretrizes representam as demandas da população encampadas pelo governo eleito e orientam a construção dos Programas do PPA. Já os Temas, relacionados à nova estrutura institucional do governo federal, correspondem às principais áreas setoriais a serem mobilizadas para o alcance dos objetivos inseridos nas Diretrizes.

Para a superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico acima apresentado, existe um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para o período de 2020 a 2023. As 19 diretrizes do PPA 2020-2023 estão elencadas no art. 3º da Lei 13.971/2019.

De forma articulada com as 19 diretrizes estratégicas e os 6 eixos estratégicos, a construção do PPA 2020-2023 resultou em 70 programas finalísticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do governo federal até 2023, por meio de seus 61 indicadores, 70 objetivos, com 70 metas e 286 resultados Intermediários, conforme Figura 2 abaixo. O valor global do PPA atualizado em 2020 para o conjunto dos quatro anos entre 2020 e 2023 atinge R\$ 8,4 trilhões, incluindo recursos orçamentários e não orçamentários.

Figura 2 – Plano Plurianual 2020-2023 (Ano-base 2020)



Elaboração: SECAP/SETO/ME

Os programas finalísticos estruturam o PPA 2020-2023 com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui um objetivo, uma meta, e resultados intermediários, com seus respectivos indicadores, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade e quais os resultados pretendidos. Os programas asseguram o vínculo com as ações orçamentárias, detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais, e com as ações não orçamentárias, nos casos previstos. O esquema representado na Figura 3 abaixo sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

Figura 3 – Estrutura do PPA 2020-2023



Elaboração: SECAP/SETO/ME

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2020-2023 pode ser acessado pelo link <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>. Nesse espaço, são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindo edições anteriores.

Monitoramento do PPA 2020-2023

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) deve contribuir com a produção de informações que qualifiquem a ação governamental, aumentando sua eficiência, eficácia e efetividade. O monitoramento destaca-se na medida em que cria em torno dele uma institucionalidade associada a um fluxo de informações relevantes para a tomada de decisão. O trabalho está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2020-2023 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, que regulamenta a implementação da Lei nº 13.971, 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual vigente. Todo o processo de monitoramento incide sobre os programas finalísticos, por meio de seus objetivos, metas, indicadores, resultados intermediários e investimentos prioritários, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas finalísticos ocorre junto aos órgãos executores.

O monitoramento do PPA é um processo de aprendizagem que busca o aperfeiçoamento dos programas durante sua execução e aponta para possíveis perturbações que devem ser detectadas *in cursu* a fim de se poder interferir positivamente no processo de implementação. Ele deve ser:

- sistêmico: analisa a política pública para além da ótica setorial;
- dinâmico: para permitir ao PPA se adequar às mudanças conjunturais, orçamentárias, financeiras e de prioridades do governo; e
- seletivo: de forma a abranger apenas as principais metas e resultados dos Órgãos para o período do Plano Plurianual.

São objetivos do monitoramento do Plano Plurianual:

- identificar restrições e propor soluções de forma a viabilizar a implementação dos programas e o alcance dos objetivos e metas do governo;
- destacar informações relevantes para a implementação de programas e políticas prioritários e agendas multissetoriais;
- facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre órgãos e suas políticas públicas;
- aprimorar as ações de monitoramento e avaliação das políticas públicas, orientando-as para o alcance de resultados;
- captar subsídios para orientar a revisão/atualização do Plano e a alocação de recursos nos orçamentos; e
- permitir à sociedade verificar se os compromissos assumidos pelo Governo estão sendo alcançados.

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA E FISCAL EM 2020¹

Em 2020, o mundo foi assolado pela disseminação da pandemia de coronavírus (Covid-19), a qual tem ceifado milhões de vidas e impactado a saúde de muitas famílias e a economia dos países. Os efeitos sanitários e econômicos têm sido devastadores, gerando uma das maiores recessões nos últimos 100 anos. Conforme é notório, o Brasil não passou imune à recessão global. A divulgação do PIB de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou retração de 4,1%. Apesar da forte queda da atividade, o resultado foi melhor do que as expectativas de mercado e de organismos internacionais apontavam, haja vista que em meados do ano passado algumas destas instituições estimavam retração superior a 9% do PIB.

Diante disso, em 2020, o desempenho da economia brasileira refletiu os impactos adversos da pandemia de coronavírus (Covid-19), assim como os efeitos das medidas adotadas para mitigar a crise. O recuo de 4,1% do PIB em 2020, portanto, indicou um desempenho satisfatório da economia brasileira, considerando o contexto adverso da pandemia, superando o desempenho de muitos países, entre eles vários emergentes (por exemplo, México, Colômbia e Índia). Apesar da queda no ano, houve recuperação da economia ao longo do segundo semestre e praticamente foi retomado o nível observado no período pré-pandemia. No ano, destaque para alta na Agropecuária (2,0%). Houve, contudo, recuo no setor de Serviços (-4,5%) e na Indústria (-3,5%).

Tabela 1 - Variação do Produto Interno Bruto (PIB)

	2019	2020	Variação % ante mesmo trimestre do ano anterior				Variação % ante trimestre anterior (com ajuste sazonal)			
			2020. I	2020. II	2020. III	2020. IV	2020. I	2020. II	2020. III	2020. IV
PIB p.m	1,4	-4,1	-0,3	-10,9	-3,9	-1,1	-2,1	-9,2	7,7	3,2
Oferta										
Agropecuária	0,6	2,0	4,0	2,5	0,4	-0,4	2,0	-0,9	-0,6	-0,5
Indústria	0,4	-3,5	-0,3	-14,1	-0,9	1,2	-1,0	-13,1	15,4	1,9
Serviços	1,7	-4,5	-0,7	-10,2	-4,8	-2,2	-2,1	-8,6	6,4	2,7
Demanda										
Consumo das Famílias	2,2	-5,5	-0,7	-12,2	-6,0	-3,0	-1,9	-11,3	7,7	3,4
Consumo do Governo	-0,4	-4,7	-0,8	-8,5	-5,3	-4,1	-0,7	-7,7	3,5	1,1
FBCF	3,4	-0,8	6,0	-13,9	-7,8	13,5	2,4	-16,3	10,7	20,0
Exportação	-2,4	-1,8	-2,4	0,7	-1,1	-4,3	-2,2	1,1	-2,0	-1,4
Importação (-)	1,1	-10,0	5,2	-14,6	-25,0	-3,1	-0,3	-11,8	-9,6	22,0

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/ME.

O PIB apresentou alta de 3,2% no 4º trim.2020, na comparação com o trimestre imediatamente anterior e com ajuste sazonal, em patamar apenas 1% inferior ao observado no final de 2019. Pelo lado da oferta, destaque para a retomada na Indústria (1,9%) e nos Serviços (2,7%). Houve, porém, recuo na Agropecuária (-0,5%). Na demanda, destaque para o avanço de 20,0% no investimento (FBCF) e a alta de 3,4% no consumo das famílias, denotando a retomada em "V" da economia e o acerto das medidas de apoio à reativação da economia e que permitiram mitigar os efeitos da pandemia e favoreceram a preservação do emprego e de renda. Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, o PIB do 4º Trim. 2020 ainda apresentou queda (-1,1%), quarta taxa trimestral

¹Versão consolidada pela SECAP/SETO/ME a partir das contribuições da Secretaria de Política Econômica -SPE/ME.

interanual negativa em sequência, mas com arrefecimento da queda no segundo semestre. Diante disso, destaque para o aumento na Indústria (1,2%), enquanto houve recuos na Agropecuária (-0,4%) e nos Serviços (-2,2%). Assim, o carregamento estatístico para 2021, considerando a série com ajuste sazonal, é de 3,6%. A atividade no começo deste ano de 2021, segundo os indicadores coincidentes e de alta frequência até fevereiro, continuou crescendo e não houve deterioração, contrariando algumas previsões mais pessimistas que sugeriram retração no 1º trim.2021 devido ao fim do Auxílio Emergencial.

Quanto ao mercado de trabalho, desde o segundo semestre de 2020, notou-se que houve sinais de recuperação do emprego e da renda, o que atenuou os efeitos provocados pela crise de Covid-19. A PNAD Continua (IBGE) registrou melhora na ocupação, com recuperação de 4,5 milhões de postos de trabalho no final de 2020, quando comparado ao nível de agosto, o pior momento da pandemia na força de trabalho. A criação de novos postos de trabalho foi acompanhada de recomposição em termos reais da massa salarial, com alta de 1,2% de agosto a dezembro/2020. Também foi observado que a taxa de desemprego mostrou relativa estabilidade ao final de 2020 no nível de 14,7% e apresentou leve recuo para 14,6% em janeiro/2021, na série com ajuste sazonal (SPE). Os dados do CAGED também mostraram ao final de 2020 forte recuperação do emprego formal, revertendo a queda observada no primeiro semestre, sendo que, no total do ano, foram contabilizados 142,7 mil novos postos formais (total líquido de admissões descontados os desligamentos).

A inflação acumulada medida pelo IPCA fechou 2020 em 4,52%. A evolução do IPCA ao longo do ano de 2020 mostra que a inflação acumulada em 12 meses do grupo Alimentação no Domicílio, após atingir um valor mínimo de 5,1% em março de 2020, acelerou até alcançar o pico em novembro de 2020, quando foi de 21,1%, e fechou o ano em 18,2%. Além dos alimentos, as tarifas de energia também pressionaram a inflação em 2021.

Quanto aos juros básicos da economia, houve redução consistente em 2020, com a meta da Taxa Selic encerrando o ano em seu menor patamar (2,0% a.a).

Cenário fiscal

O cenário fiscal de referência proposto para o PPA 2020-2023 já incorporava, em boa parte, as dificuldades relativas à trajetória de recuperação da economia brasileira. Desde 2012, o resultado primário alcançado pelo setor público não atinge o requerido para estabilizar a dívida pública, refletindo o desequilíbrio estrutural entre as despesas públicas e suas fontes de financiamento. Esta tendência foi agravada em razão do arrefecimento da atividade econômica, observado entre 2013 e 2016, da rigidez orçamentária com o excesso de vinculações e pela expansão de despesas obrigatórias como proporção da despesa total. Nesse curto período, a dívida bruta apresentou uma forte ascensão, de 51,5% do PIB em dezembro de 2013 para 69,9% do PIB em dezembro de 2016. Um novo choque adverso e amplo se deu em 2020 e 2021 com a pandemia do novo coronavírus, resultando em cenário fiscal ainda mais deteriorado.

Conforme o cenário de referência proposto para o Plano Plurianual 2020-2023, apresentado em 2019, esperava-se uma trajetória de recuperação gradual do cenário fiscal ao longo do período. Do ponto de vista da recuperação da capacidade fiscal do Estado para implementar políticas públicas, esperava-se que o Resultado Primário do Governo Central seria negativo em 2020, 2021 e 2022, e que haveria recuperação do superávit em 2023. No período, o pressuposto era a redução do déficit no resultado nominal, passando de 6,5% do PIB em 2020 para 5,5% do PIB em 2023. Com isso, haveria estabilização da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em torno de 67% do PIB e da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) para nível próximo de 83% do PIB ao final do período (Tabela 2).

Tabela 2 - Cenário Fiscal de Referência do PPA 2020-2023

	Projeções PPA 2020-2023 (em % do PIB)			
	2020	2021	2022	2023
Resultado Primário do Governo Central	-1,63	-0,84	-0,36	0,20
Resultado Nominal do Setor Público	-6,5	-6,1	-6,1	-5,5
DLSP	61,9	64,1	66,2	67,3
DBGG	81,9	82,8	83,5	83,4

Fonte: Mensagem Presidencial do PPA 2020-2023

No ano de 2020, todavia, o que se observou foi uma realidade bem mais adversa para a evolução do cenário fiscal devido aos efeitos dos gastos emergenciais para enfrentamento da pandemia. O déficit primário foi muito maior do que inicialmente projetado, com reflexos no aumento do déficit nominal e da dívida pública, tanto DLSP quanto DBGG. Com a crise sanitária, o resultado primário do governo central fechou o ano de 2020 negativo em cerca de 10% do PIB, déficit muito superior ao que se vinha observando nos anos recentes (em 2020, houve déficit primário de R\$ 743,1 bilhões frente a um déficit de R\$ 95,1 bilhões em 2019, em valores nominais, conforme Resultado do Tesouro Nacional).

De acordo com as estatísticas fiscais do Banco Central do Brasil divulgadas em janeiro de 2021, o resultado nominal do setor público consolidado alcançou em 2020 déficit de R\$ 1.015,4 bilhões (13,7% do PIB), ante déficit de R\$ 429,2 bilhões (5,8% do PIB) no ano anterior. Por sua vez, a DLSP alcançou aproximadamente 63% do PIB, após elevação do déficit primário acumulado (aumento de 9,5 p.p.), dos juros nominais apropriados (aumento de 4,2 p.p.), do efeito da desvalorização cambial acumulada de 28,9% (redução de 4,3 p.p.) e do ajuste da paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,9 p.p.). Assim, a Dívida Bruta do Governo Geral seguiu em elevação, atingindo 89% do PIB em 2020.

Com a esperada melhora do ambiente em 2021, as perspectivas listadas na LDO 2021 apontam para o esforço de consolidação fiscal, com retomada gradual do superávit primário das contas públicas e estabilização da dívida.

Tabela 3 - Resultados Fiscais e Cenário da LDO 2021

	Observado			Projeções - LDO 2021		
(em % do PIB)	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Superávit primário do Setor Público	-1,55	-0,84	-9,48	-3,21	-2,13	-1,67
Governo Central	-1,78	-1,29	-10,02	-3,16	-2,14	-1,68
Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)	52,77	54,57	62,70	69,73	72,86	75,94
Dívida Bruta do Governo Geral	75,27	74,26	88,83	94,46	94,71	95,48
Resultado Nominal do Setor Público	-6,98	-5,82	-13,69	-7,07	-6,83	-7,30

Fonte: BCB, STN/ME e SPE/ME.

Quanto à consolidação fiscal, a manutenção do teto de gastos possibilita a redução do risco, o que tem impacto estrutural nos juros, estimulando a economia e gerando condições para garantir que a dívida pública permaneça em níveis sustentáveis no país no médio e no longo prazo. De acordo com a LDO 2021, espera-se que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) fique próxima de 95,0% do PIB para o período 2021-2023, e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) fique ao redor de 70% do PIB nesse período. À medida que a receita se recupera com o desempenho da atividade econômica, a dinâmica fiscal e da dívida se estabilizará gradualmente.

O reequilíbrio da dívida pública é condição necessária para a retomada do crescimento econômico brasileiro, uma vez que melhora a alocação de recursos e resulta em maior crescimento do PIB. Para que isso ocorra, é preciso aumentar o controle sobre as despesas correntes, principalmente as associadas ao gasto ineficiente, como algumas despesas previdenciárias e subsídios a setores pouco produtivos. Desta forma, iniciativas como a Nova Previdência, reforma administrativa e medidas pró-mercado são fundamentais para estabilizar a dívida pública e promover o crescimento de longo prazo.

No primeiro trimestre de 2021, persistiram as condições adversas advindas da crise sanitária, ainda que parcialmente compensadas pela retomada econômica verificada desde o segundo semestre de 2020. O espaço fiscal para a implementação de novas medidas de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da pandemia é limitado e tornam-se ainda mais prementes a manutenção da regra do teto e de estratégias para a retomada do processo de consolidação fiscal, garantindo-se, acima de tudo, que despesas temporárias não se tornem permanentes. Dessa forma, o impacto adverso da pandemia reforça o compromisso do governo federal com o processo de consolidação fiscal, tornando-se mais urgente avançar na agenda de reformas estruturais. Após a Reforma da Previdência, outras medidas com impacto fiscal já se encontram em razoável estágio de maturação e, também, são consistentes com os objetivos de austeridade e sustentabilidade fiscal de médio e longo prazos. Dentre essas medidas, destacam-se: a Reforma Tributária; a desmobilização de ativos - tendo como exemplo a redução do número de empresas estatais; o aumento da liberalização comercial e a Reforma Administrativa. Os efeitos fiscais dessas medidas serão diretos, traduzindo-se em aumento das receitas ou redução de despesas (ou ambos), ou efeitos indiretos verificados pelo maior dinamismo da economia.

Com a construção de um equilíbrio fiscal estrutural, a economia brasileira terá condições de manter uma inflação estruturalmente ancorada com juros baixos. Torna-se, assim, fundamental a continuidade da agenda de reformas estruturais e microeconômicas, a continuidade do processo de consolidação fiscal, além de medidas que visem o aumento da produtividade e a melhora da alocação de recursos por meio do combate ao *misallocation*. Esses avanços irão não apenas propiciar a estabilidade crível da economia, como também pavimentar a retomada do crescimento econômico de longo prazo vigoroso, sustentável, equilibrado e inclusivo.

Por fim, deve-se levar em conta que, em função das adversidades advindas do cenário internacional, principalmente, a continuidade dos reflexos sobre a saúde e atividade econômica decorrentes da pandemia do coronavírus (COVID-19), os cenários da LDO para 2021 e anos seguintes deverão ter parâmetros modificados para abarcar esses efeitos.

Cenário Macroeconômico

Para a atividade econômica, o cenário de referência, proposto em 2019 para o PPA 2020-2023, tinha como pressuposto a continuidade da recuperação econômica, o que refletiria o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança.

Tabela 4 - Cenário Macroeconômico de Referência PPA 2020-2023

	Projeções (1)				
	2019	2020	2021	2022	2023
PIB - var. % anual	0,8	2,2	2,5	2,5	2,5
IPCA - var. % acum. Ano	3,8	3,9	3,7	3,7	3,8
Taxa de Câmbio R\$/US\$ - média anual	3,8	3,8	3,8	3,9	3,9
Taxa Selic - var. % - média anual	6,2	5,6	7,0	7,5	7,5

1 - Projeções - Grade de Parâmetros Macroeconômicos - 10/07/2019.

Fonte e Elaboração: SPE/ME

Esse cenário, entretanto, não se confirmou em relação à estimativa inicial. Apesar do crescimento do PIB observado em 2019 (1,4%) em ritmo até maior que o projetado no cenário de referência (0,8%), houve profunda recessão em 2020 causada pela crise da pandemia de coronavírus (Covid-19). Ao se superar a crise, espera-se que em 2021 e anos seguintes seja possível a retomada da trajetória de crescimento da economia brasileira. Nesse contexto, continua a necessidade de consolidação fiscal e a realização de ajustes estruturais na economia brasileira para retomada da produtividade e ampliação do ritmo de crescimento em bases sustentáveis.

A Tabela 5 mostra os parâmetros macroeconômicos, conforme a Grade de Parâmetros da SPE/ME.

Tabela 5 - Parâmetros Macroeconômicos - Atualização das Projeções de 2021 a 2023

	Dados Observados			Projeções (1)		
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PIB (% a.a., real)	1,8	1,4	-4,1	5,30	2,51	2,5
PIB nominal (R\$ Bilhões)	7.004	7.407	7.448	8.636,3	9.397,4	9.527
IPCA (Acumulado, % a.a.)	3,75	4,31	4,52	5,90	3,50	3,25
INPC (Acumulado, % a.a.)	3,43	4,48	5,45	6,20	3,42	3,45
IGP-DI (Acumulado, % a.a.)	7,10	7,70	23,08	17,40	4,72	4,05
Taxa Over Selic (fim de período, % a.a.)	6,40	4,59	1,90	3,90	5,40	5,90
Taxa Over Selic (Acumulado, % a.a.)	6,48	5,90	2,64	2,85	4,74	5,63
Taxa de Câmbio (média do ano, R\$/US\$)	3,65	3,95	5,16	5,30	5,15	5,04
Preço Médio do Petróleo (US\$/barril)	71,07	64,03	42,30	64,34	60,95	58,27
Massa Salarial Nominal (2)	2,51	4,28	-2,34	6,23	8,77	7,66
Salário Mínimo	954	998	1.045	1.100	1.147	1.188

1 - Nas projeções do PIB, PIB Nominal, IPCA, INPC e IGP-DI referentes a 2021 e 2022, utilizou-se as projeções do Boletim MacroFiscal da SPE de julho de 2021. Para as demais projeções, utilizou-se a grade de parâmetros da SPE/ME de 12/03/2021.

2 - Variação acumulada em 4 trimestres (%)

Fonte: IBGE, BCB e SPE/ME

Com a retomada do crescimento estimado do Produto Interno Bruto (PIB), prevê-se também uma melhora das condições do mercado de trabalho, com continuidade da recuperação do emprego formal e o retorno dos postos informais, tendo como consequência a projeção apresentada de crescimento anual da massa salarial nominal. Para o salário mínimo, considerou-se a manutenção de seu valor real a partir da correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista o previsto no inciso IV do Art. 7º da Constituição Federal.

Em relação à inflação, em 2020 foi observada pressão no preço de alimentos e nas tarifas de energia, fazendo com que o IPCA fechasse o ano em 4,52%, ante uma previsão de 3,9%. Ainda assim, o nível relativamente baixo do IPCA permitiu que a taxa Selic fechasse o ano em seu menor patamar histórico (2% a.a.).

No setor externo, em 2020 observou-se a desvalorização do real, com relação ao valor estimado no cenário de referência de elaboração do PPA 2020-2023, verificando-se uma taxa de câmbio média anual (R\$/US\$) de 5,16, contra uma previsão de 3,8.

Para 2021, deve-se ratificar o elevado grau de incerteza inerente das projeções do cenário econômico, haja vista o ambiente econômico mundial e as consequências da pandemia de Covid-19, que afeta os fluxos de pessoas e de divisas, gera aversão ao risco e retrai os investimentos, com consequências financeiras e no PIB mundial, em especial para países emergentes como o Brasil.

SUMÁRIO EXECUTIVO DOS VOLUMES I E II



Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, exercício 2020, apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos durante o ano de 2020, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas finalísticos do plano, trazendo um balanço das realizações do primeiro ano deste ciclo do PPA.

A primeira seção deste sumário apresenta os grandes números do monitoramento do PPA, em 2020, com sínteses gráficas, incluindo a execução financeira, o andamento das metas e resultados intermediários planejados nos programas finalísticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam um panorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual no ano de 2020.

O sumário executivo também apresenta um panorama resumido dos principais destaques observados no exercício de 2020, organizado conforme os eixos do PPA 2020-2023:

- Ambiental;
- Econômico;
- Infraestrutura;
- Institucional;
- Social; e
- Estratégia de Defesa.

Por outro lado, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do governo federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo, o qual traz relatórios específicos de cada um dos 70 programas finalísticos do PPA 2020-2023.

Síntese Numérica do PPA 2020-2023

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual no ano de 2020, e também sobre o andamento das metas planejadas nos programas finalísticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA em 2020 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2020

Os recursos alocados para o PPA 2020-2023 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;

- Recursos não-orçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

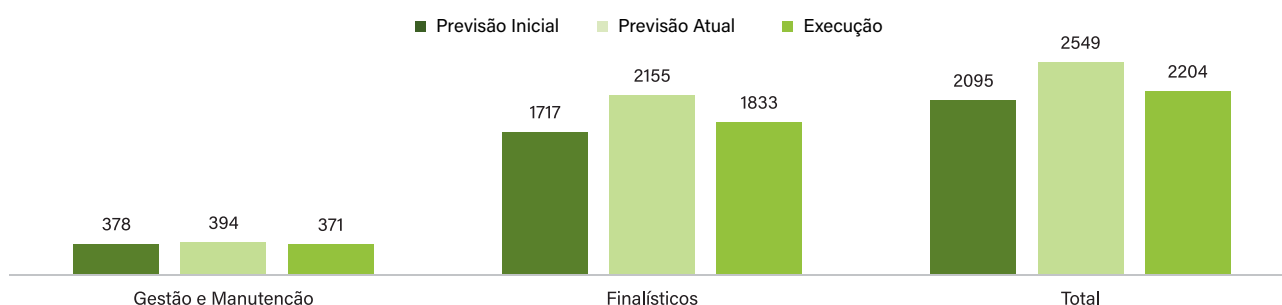
Conforme o Manual Técnico do PPA 2020-2023, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário. Visa atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de ações não orçamentárias são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2020, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.
- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2018 da Receita Federal do Brasil (RFB).
- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista serem os últimos dados sobre execução disponibilizados pela RFB.

O valor global atualizado em 2020 do PPA para o período de quatro anos é de R\$ 8,4 trilhões, sendo R\$ 2,54 trilhões a previsão atualizada relativa ao exercício de 2020. O Gráfico 1 mostra os recursos do PPA 2020-2023 para o exercício de 2020. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas finalísticos, os programas de gestão e os totais do plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2020 foi de R\$ 2,2 trilhões.

Gráfico 1 - Recursos por Tipo de Programa em 2020 (R\$ bilhões)

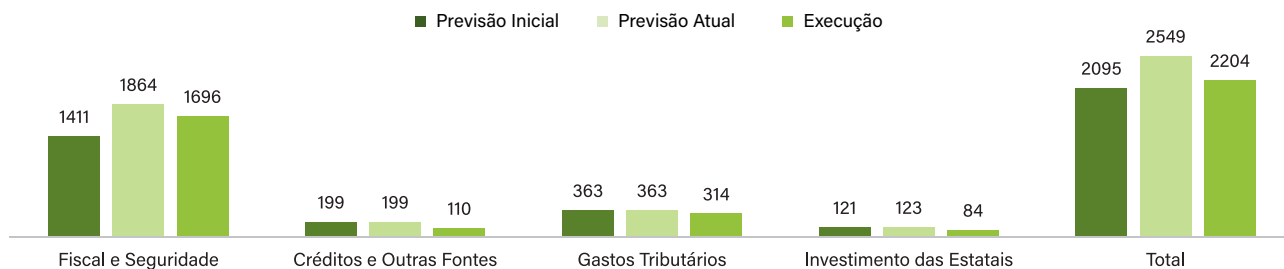


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

O Gráfico 2 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. Cada bloco de valores apresenta os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2020, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos extraorçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário.

Gráfico 2 - Recursos por Fonte de Financiamento em 2020 (R\$ bilhões)

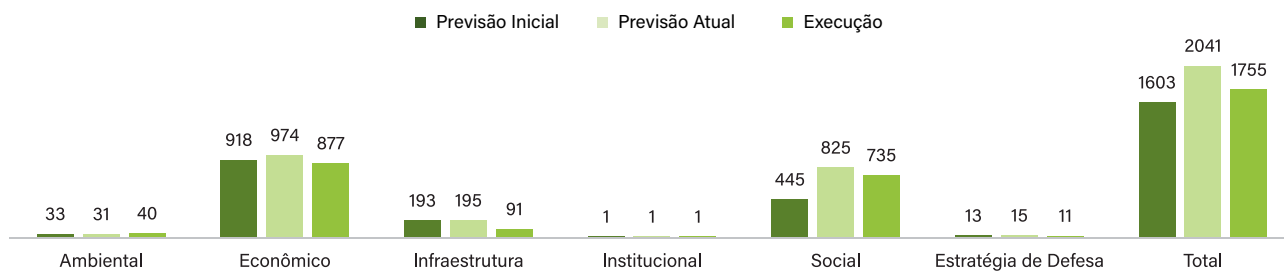


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

O Gráfico 3 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários por eixo do PPA 2020-2023. Em 2020, foram executados R\$ 877 bilhões no eixo econômico e R\$ 735 bilhões em políticas sociais. Os demais eixos dispõem de menos recursos do que essas duas grandes áreas de atuação governamental.

Gráfico 3 - Recursos por Eixos em 2020 (R\$ bilhões)

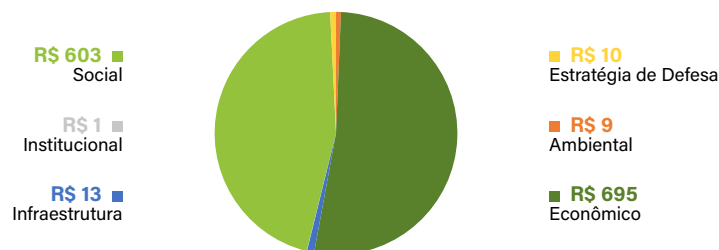


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

O Gráfico 4 mostra, por eixo, os recursos orçamentários executados pelos programas finalísticos em 2020, cujo valor total passou de R\$ 1.331 bilhões. Destacam-se os eixos econômico, R\$ 695 bilhões, e social, R\$ 603 bilhões.

Gráfico 4 - Execução Orçamentária por Eixo (R\$ bilhões)

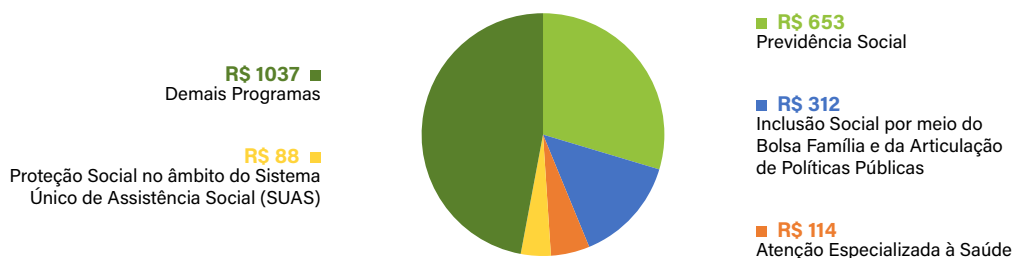


Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME

O Gráfico 5 destaca os valores executados relativos aos maiores programas do PPA no ano de 2020 considerando recursos orçamentários e extraorçamentários. Pode-se observar que o valor executado em Nova Previdência alcançou R\$ 653 bilhões, Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas alcançou o valor de R\$ 312 bilhões (influenciado pelo Auxílio Emergencial) e a Atenção Especializada à Saúde R\$ 114 bilhões.

Gráfico 5 - Execução por Maiores Programas (R\$ bilhões)

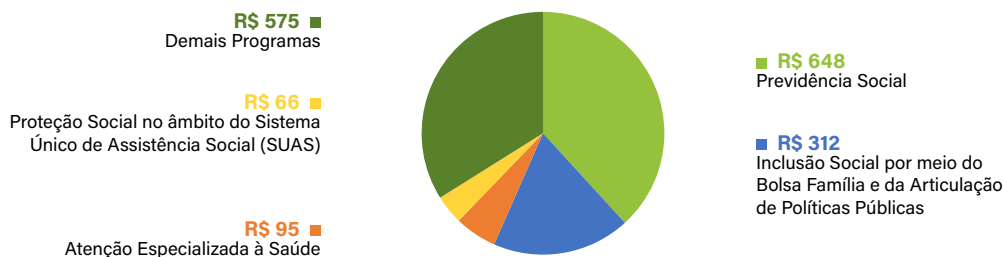


Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

Gráfico 6 mostra os maiores programas em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários nos anos de 2020. Novamente, o destaque recai sobre a Nova Previdência e a Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas.

Gráfico 6 - Execução Orçamentárias por Maiores Programas (R\$ bilhões)

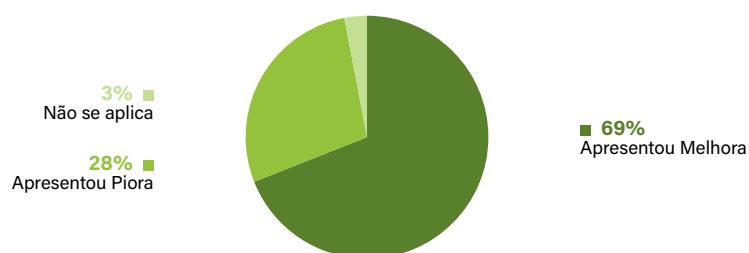


Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

Perfil da Evolução do Indicador do Programa

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Finalísticos do PPA 2020-2023 no exercício de 2020, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 7. De um total de 61 indicadores, houve melhora em relação ao índice de referência em 42, ou seja, 69% do total, enquanto outros 17 indicadores apresentaram piora, representando 28%. Para outros 2 (3%) esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de índice de referência apurado, ou por ser de tipo neutro, sem uma direção desejável identificada.

Gráfico 7 - Desempenho dos Indicadores PPA em 2020



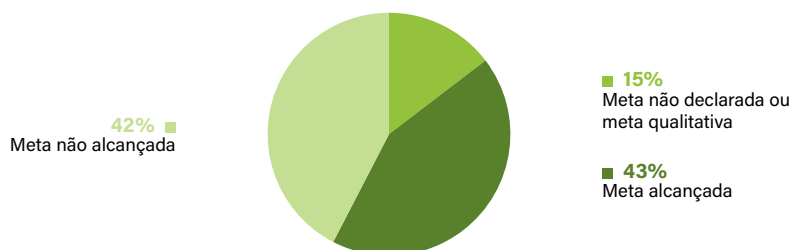
Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência, enquanto a classificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no período do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

Perfil da Evolução da Meta do Programa

Com relação a este primeiro ano de monitoramento do PPA 2020-2023, conforme ilustrado no Gráfico 8 a seguir, verificou-se que 43% das metas tiveram seus valores previstos para o ano de 2020 alcançados, enquanto 42% não atingiram o valor previsto.

Gráfico 8 - Desempenho das Metas do PPA em 2020



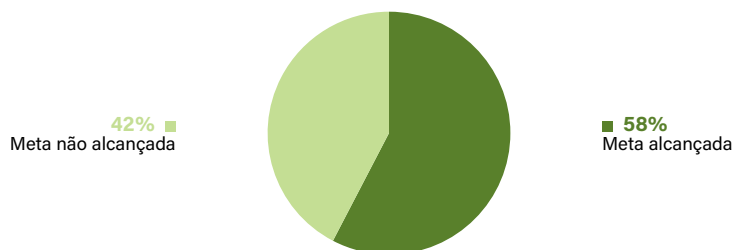
Nota: O monitoramento do PPA classifica as metas como já alcançadas, com andamento adequado ou com medidas ou considerações identificadas no processo de Monitoramento para garantir seu andamento previsto. Metas anuais atingidas no período são classificadas como "andamento adequado".

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

Perfil da Evolução dos Resultados Intermediários do PPA

Com relação aos Resultados Intermediários do PPA 2020-2023, conforme ilustrado no Gráfico 9, verificou-se que 58% dos resultados intermediários tiveram seus valores previstos para o ano de 2020 alcançados, enquanto 42% não atingiram o valor previsto.

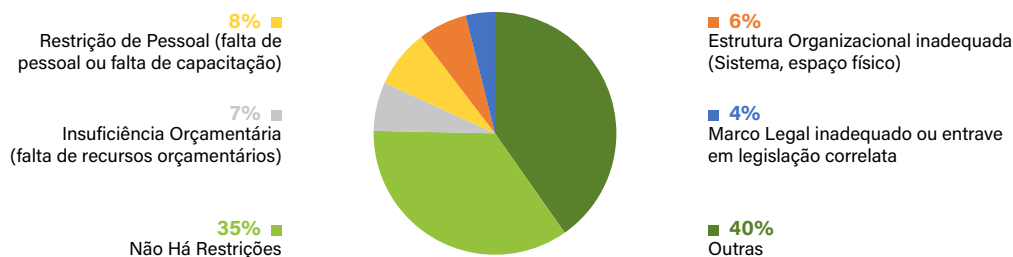
Gráfico 9 - Desempenho dos Resultados Intermediários do PPA em 2020



Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME

O Gráfico 10 apresenta as restrições que impactam no alcance das metas do PPA 2020-2023. As duas principais restrições apontadas foram: insuficiência orçamentária e restrições de pessoal. Ressalta-se que em 35% dos casos não houve restrições ao alcance da meta.

Gráfico 10 - Restrições para o alcance da Meta - 2020

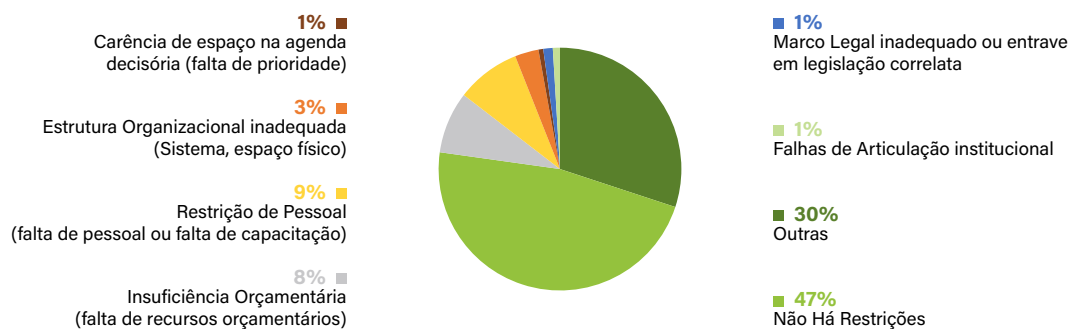


Nota: Cada meta pode ter mais de uma medida sugerida, e os percentuais indicam a participação de cada tipo de medida no número total de ocorrências de medidas sugeridas. A compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta significa a necessidade de adequação no valor da meta à disponibilidade de recursos previstos ou a alteração na programação de valores do PPA. A adoção de medidas de gestão envolve um conjunto de providências administrativas para a melhoria do arranjo de gestão relacionado à execução e à pactuação para o cumprimento da meta. A articulação de atores para a implementação da meta indica que foi detectada a necessidade de aprimoramento ou qualificação do envolvimento de instituições e atores relacionados ao desenvolvimento da meta para sua execução até 2020. A avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos equivale a dizer que há necessidade do ajuste dos elementos da meta, como órgão responsável, público alvo, valores desejados, regionalização ou forma de implementação. A adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação envolve desde a melhor distribuição dos recursos humanos disponíveis, até a redefinição de papéis e atribuições ou a ampliação da equipe mediante a contratação de colaboradores. A revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação significa que existe a necessidade da elaboração ou revisão de normas legais ou infralegais para o cumprimento da meta. A realização de ações de divulgação significa a necessidade de melhor comunicação da meta junto aos atores e às instituições envolvidas de forma a melhorar a adesão, o apoio ou a informação para seu atingimento.

Fonte: SIOP. Elaboração: Secap/SETO/ME.

O Gráfico 11 apresenta as restrições que impactam no alcance das metas de Resultados Intermediários do PPA 2020-2023. Assim como na meta do programa, as duas principais restrições apontadas foram insuficiência orçamentária e restrições de pessoal. Em 47% dos resultados intermediários não houve restrições para o alcance da meta prevista para 2020.

Gráfico 11 - Restrições para o alcance da meta dos Resultados Intermediários - 2020



Destaques dos Programas Finalísticos Plano Plurianual 2020 - 2023

Esta seção traz um resumo das informações relativas aos programas finalísticos do Plano Plurianual no exercício de 2020, com os principais destaques das políticas públicas do Governo Federal, organizadas conforme o arranjo dos eixos e programas do PPA 2020-2023. A leitura deste documento possibilita uma visão abrangente sobre os segmentos da ação governamental presentes no Plano Plurianual, com ênfase nos registros mais relevantes dos programas governamentais.

Eixo Institucional

O Portal da Transparência objetiva ampliar o controle social da gestão pública, o que permite ao cidadão acompanhar os gastos públicos e ajudar na fiscalização. Durante a pandemia da Covid-19, foi criada uma seção no Portal com todas as despesas, bem como as transferências a Estados e Municípios, relacionadas ao enfrentamento da emergência provocada pelo coronavírus. Em 2020, no âmbito da Controladoria-Geral da União (CGU), houve um aumento no número de acessos ao Portal da Transparência do Governo Federal de 27,7 milhões de visitas.

Quanto às atividades de Auditoria Interna Governamental, foram contabilizados R\$ 17,9 bilhões em benefícios financeiros provenientes da atuação da CGU resultantes do trabalho conjunto da auditoria interna e da gestão. Em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU), a CGU celebrou acordos de leniência com empresas investigadas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública. Ao todo já foram celebrados 12 acordos, com pactuação de pagamento de valores de multa e ressarcimento de R\$ 13,67 bilhões, dos quais R\$ 3,84 bilhões já retornaram aos cofres públicos.

A CGU ainda participou de 97 operações especiais, em parceria com outros órgãos federais, com base nas quais foram estimados prejuízos de R\$ 361 milhões – o que envolveu, por exemplo, os gastos emergenciais para enfrentamento da Covid-19, bem como políticas do Sistema Único de Saúde (SUS); do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate); e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Advocacia-Geral da União (AGU), por sua vez, mede o desempenho do Programa Proteção Jurídica da União a partir do resultado da atuação contenciosa dos órgãos da AGU. A Taxa de Sucesso Judicial, que é a soma das atividades associadas a uma decisão judicial com repercussão favorável dividida pelo total de atividades associadas à repercussão favorável ou desfavorável, alcançou 58,7% em 2020, tendo superado a previsão inicial. Ademais, a adaptação ao ambiente virtual das ações desenvolvidas pela AGU concorreu para o aumento de sustentações e julgamentos junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a exemplo da atuação contenciosa realizada pela Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT) que produziu mais de 10 mil manifestações judiciais, abrangendo os controles difuso e concentrado de constitucionalidade, considerando um acervo da instituição junto ao STF de 4 mil processos ativos.

Na Procuradoria-Geral da União destaca-se o aumento de 56% em relação a 2019, no volume de ações recebidas, com atuação em mais de 558 mil processos. Isso decorre principalmente da aplicação do Modelo de Gestão Judicial (sistemática de divisão de trabalho entre processos estratégicos, específicos e repetitivos), da desterritorialização da representação judicial e da organização das comissões temáticas do órgão.

No que concerne à Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) disponibilizou o acesso ao sinal de televisão digital para cerca de 67 milhões de pessoas e o sinal de rádio FM, para 19 milhões de pessoas. 23 milhões de domicílios, ou aproximadamente 52 milhões de indivíduos, assistiram ao menos uma vez a TV Brasil em 2020, segundo dados da Kantar Ibope Media.

As pesquisas de audiência nas rádios, em Brasília e no Rio de Janeiro, cidades onde há aferição do alcance médio mensal das emissoras “Nacional”, foi de 223 mil ouvintes e as emissoras “MEC” totalizaram 185 mil ouvintes. Dentre as capitais brasileiras, 78% delas já possuem cobertura de sinal da TV Brasil digital, o que equivale a 21 do total de 27 capitais do Brasil. Já com relação à cobertura da radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), esta fechou o ano de 2020 com 41% das capitais brasileiras atendidas, sendo representado em números absolutos por 11 das 27 capitais.

Eixo Social

A Atenção Básica de Saúde é uma estratégia prioritária para a reorganização da atenção primária no País. Destacam-se como resultados alcançados a implantação de 150 Equipes de Consultório na Rua (eCnR); 1.674 Unidades de Saúde da Família em funcionamento com horário estendido financiadas pelo Programa Saúde na Hora; 174 equipes de Atenção Primária à Saúde de referência para o atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa em funcionamento; 389 equipes de saúde prisional habilitadas; e 25 Unidades de Saúde da Família Fluvial implantadas. Foram realizados 12.712.365 atendimentos ambulatoriais em Centros de Atenção Psicossocial - CAPS; Dados parciais apontam 3.115.191 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos com um exame citopatológico de rastreamento realizado e 1.153.247 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos com realização de mamografias de rastreamento; até dezembro de 2020, 1.176 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) estavam credenciados; em dezembro de 2020, havia 261.445 ACS no Brasil. Assim, a cobertura populacional das equipes de Saúde da Família chegou a 69,06% da população em 2020, e a cobertura da saúde bucal na atenção primária foi de 41,8% nesse mesmo ano.

A Atenção Especializada (AE) no SUS envolve um conjunto de serviços ambulatoriais e hospitalares que desenvolvem ações e técnicas assistenciais caracterizadas pela incorporação de processos de trabalho que englobam alta densidade tecnológica, e a exigência de expertise e habilidades assistenciais específicas. Em 2020, o índice de transplante de órgãos sólidos foi de 35 por milhão de população, que em números absolutos corresponde a 7.364 transplantes. Tal desempenho pode ser considerado satisfatório, tendo-se em vista que as medidas para enfrentamento da pandemia de Covid-19 implicaram na paralisação de vários serviços que realizam transplantes.

Em 2020, a disponibilidade de leitos de terapia intensiva adultos habilitados para o SUS alcançou a quantidade de 15.096, ultrapassando a meta de 14.620. A ampliação dos serviços de radioterapia também superou a meta prevista, tendo sido acrescentados 58 novos serviços, frente a meta de 37. A concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção não cirúrgicos passou de 7,5 milhões concessões e a capacidade de atendimento da Rede de Bancos de Leite Humano atendeu 211.857 crianças, superando a meta de 195.000.

Quanto ao desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde, em 2020 foram fomentadas 197 pesquisas visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas para subsidiar a melhoria da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de saúde, sendo que várias destinam-se ao enfrentamento da COVID-19 e de suas consequências. Adicionalmente, foram elaborados ou atualizados 26 protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas (PCDT) e 58 tecnologias em saúde foram avaliadas para incorporação ao SUS. Na atual situação de epidemia, foi importante a oferta de novos produtos estratégicos para o SUS por meio de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

A construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro - Complexo para a produção, controle de qualidade, estocagem e distribuição de vacinas e biofármacos destinados a atender prioritariamente as demandas do Ministério da Saúde e exportações para as Nações Unidas - encontra-se dentro do previsto.

No âmbito da gestão do SUS ocorreram vários avanços. No exercício de 2020, identificou-se o cadastro de 49.582 equipes de Saúde da Família (eSF) e 3.282 equipes de Atenção Primária (eAP) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), somando um total de 52.864 equipes cadastradas. Desse total, 67,2%

(35.544 equipes) estavam informatizadas, contra 57% de 2019. Foram realizados 682.109 laudos de diagnósticos por meio do Telessaúde em 2020. No que concerne às certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS, em 2020 o número alcançado foi de 951.648 certificações.

Nas ações de Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena o percentual de crianças indígenas menores de um ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento foi de 24,4%, ficando abaixo da meta anual prevista, o que pode ser parcialmente explicado pela pandemia, que limitou o acesso às aldeias indígenas como medida preventiva. Mesmo considerando tal dificuldade, ficou em 39,8% o percentual de gestantes indígenas com no mínimo seis consultas de pré-natal realizadas, e o percentual de crianças indígenas com menos de cinco anos com o esquema vacinal completo alcançou o valor de 81,1%.

O campo vigilância da Saúde observa as práticas de atenção e promoção da saúde dos cidadãos, os mecanismos adotados para prevenção de doenças e se distribui entre vigilância epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador. Cabe ao Ministério da Saúde garantir a aquisição e distribuição de imunobiológicos, assegurando melhores condições de saúde para toda população, uma vez que viabiliza as condições para evitar a propagação e disseminação de doenças e agravos passíveis de imunização e controle. Em 2020 foram adquiridos e distribuídos 324,1 milhões de doses, o que corresponde a 95,1% da meta planejada.

No campo da Assistência Farmacêutica no SUS, o Programa de Farmácia Popular tem como prioridade o adensamento do acesso aos medicamentos nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza, permitindo que milhões de brasileiros acessem o Programa de forma gratuita para tratamento da hipertensão, diabetes ou asma. Em 2020, 3.582 municípios brasileiros com menos de 40.000 mil habitantes contavam com no mínimo uma farmácia ou drogaria credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil. Ainda no âmbito da assistência farmacêutica, em 2020, a aquisição de medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade do Ministério da Saúde para abastecimento do SUS foi superada, alcançando 104,5% da meta prevista para 2020. Para as doenças prevalentes, houve uma entrega adicional de mais de 156 milhões de medicamentos.

No âmbito da Assistência Social, as ações de transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza extrema e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio de condicionalidades representam compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. Entre abril e dezembro de 2020, houve o pagamento do Auxílio Emergencial - AE (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020) e do Auxílio Emergencial Residual - AER (Medida Provisória nº 1.000/2020), no âmbito das medidas excepcionais de proteção social adotadas durante a pandemia de Covid-19. Finalizado o ano de 2020, o Auxílio Emergencial e o Auxílio Emergencial Residual alcançaram mais de 19,2 milhões de pessoas do Programa Bolsa Família e somaram, juntos, o valor de R\$ 106,2 bilhões repassados em benefício.

Quanto ao público do Bolsa Família (PBF), no mês de dezembro de 2020, 14.274.021 famílias foram beneficiárias do PBF, sendo que 12.321.917 dessas famílias receberam valor adicional por estarem elegíveis à extensão do Auxílio Emergencial - AER (Medida Provisória nº 1.000/2020), e 59.159 famílias beneficiárias do PBF receberam exclusivamente o Auxílio Emergencial - AE (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020). Observa-se, assim, que a cobertura de atendidos pelo PBF e AE-PBF superou a estimativa de pobreza oficial, de 13.738.415 famílias, de acordo com o Censo de 2010.

No que concerne ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS os desafios são viabilizar o acesso e qualificação dos serviços, com integração de ações. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), de cunho individual, equivale ao pagamento de 1 salário-mínimo (mensal) à pessoa idosa (65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência (com impedimentos de longo prazo) de qualquer idade, em ambas as situações, com renda per capita familiar mensal inferior a ¼ do salário-mínimo. O BPC atende a 4,6 milhões de pessoas, sendo 2,5 milhões com deficiência e 2,1 milhões de idosos. Em 2020, foram concedidos novos benefícios a aproximadamente 185 mil idosos e 80 mil pessoas com deficiência. Em razão da pandemia de COVID-19, foram autorizadas mais de 200 mil antecipações de pagamentos a requerentes do BPC, no valor de R\$ 600,00/mês, como autorizado pela Lei nº 13.982, de 02/04/20.

No caso da rede SUAS, a prestação dos serviços socioassistenciais é organizada em dois níveis - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS são as principais unidades da Proteção Social Básica, que visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Sob gestão dos municípios ou Distrito Federal, a cobertura dos 8,4 mil CRAS existentes atinge 25,7 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. O Governo Federal cofinancia 7,45 mil CRAS. Em 2020, foram cerca de 31 milhões de atendimentos individualizados, 3,4 milhões de visitas domiciliares e acompanhamento, em média, de 1,40 milhão de famílias/mês.

A Proteção Social Especial, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social, ameaças ou violações de direitos. Esses serviços são organizados em dois níveis (Média e Alta Complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados. Os CREAS, cofinanciados pelo Governo Federal, ofertam serviços em 2,7 mil unidades, cobrindo quase 2,4 mil municípios, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes, onde a cobertura alcança 98%. Em 2020, os CREAS realizaram cerca de 2,7 milhões de atendimentos particularizados, realizaram mais de 700 mil visitas domiciliares e acompanharam, em média, 304 mil casos/mês.

Além do atendimento ofertado no âmbito do SUAS, as crianças na primeira infância, prioridade do PPA 2020 - 2023, são o público do Programa Atenção Integral à Primeira Infância, que desenvolve ações para a promoção do desenvolvimento humano no período mais propício ao desenvolvimento de competências - 0 a 6 anos. Para tanto o Programa Criança Feliz é implementado em 2.929 municípios dos 26 Estados e Distrito federal, alcançando mais de 680 mil crianças e gestantes beneficiadas até 30 de dezembro de 2020 - atingindo 94% da meta anual prevista no PPA.

Ações de inclusão social também são promovidas por meio do esporte, considerando ainda que é baixo o percentual de pessoas que realizam atividades físicas e esportivas, especialmente nos grupos mais vulneráveis. Em 2020, mesmo com a paralisação dos calendários de competições, em decorrência da pandemia da COVID-19, o Bolsa Atleta manteve o apoio aos 6.357 contemplados no edital de 2019, para que o suporte à preparação dos atletas não fosse interrompido. Na oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, o Programa Estação Cidadania, em 2020, inaugurou 16 novas Estações, beneficiando a aproximadamente 10.290 pessoas. Cada unidade do Estação Cidadania pode ofertar até 13 modalidades olímpicas, 06 paralímpicas e 01 não olímpica.

No campo da inclusão produtiva, o Plano Progredir, implementado por meio do Programa Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, tem por objetivo articular e coordenar políticas públicas inclusivas de forma a garantir a autonomia socioeconômica das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Em 2020, cerca de 20,4 mil pessoas realizaram o cadastro na Plataforma do Plano Progredir, tendo condições de acessarem vagas em cursos de qualificação profissional e em empregos formais oferecidos pela rede de parceiros. A plataforma ofertou 75.133 vagas de emprego em 2020.

No âmbito do Programa Segurança Alimentar e Nutricional, a população mais vulnerável é priorizada por meio de um conjunto de políticas voltadas ao fomento da inclusão produtiva rural e o acesso à alimentação adequada e saudável. No ano de 2020, em função da Pandemia da COVID-19, houve a disponibilização de recursos orçamentários extraordinários substanciais (R\$ 500 milhões) para o Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando 40 mil agricultores familiares; e para o Programa Cisternas (R\$ 86,3 milhões), viabilizando a entrega de 7,2 mil cisternas.

No que concerne ao Programa de Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, utilizou-se de várias frentes em 2020 para auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade, a partir da criação dos Planos de Contingência para pessoas idosas, povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros. Dentre as ações priorizadas se destacam a distribuição de cestas de alimentos para mais de 2,5 milhões pessoas e o suporte dado às pessoas

atendidas em Instituições de Longa Permanência para Idosos sem fins lucrativos. Por meio do Programa Solidarize-se, por exemplo, 18 mil idosos foram atendidos e 500 instituições foram beneficiadas. Na fase inicial da pandemia o Programa acolheu brasileiros no exterior, seja amparando-os fora do País ou auxiliando o processo de repatriamento.

Em 2020 a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos superou a estimativa de atendimentos e denúncias em seus dois canais de comunicação, “Disque 100” e “Ligue 180”, e disponibilizou novas ferramentas para acolher denúncias como um sítio eletrônico dedicado, o aplicativo “Direitos Humanos Brasil”, e uma Ouvidoria Itinerante no âmbito do Programa Abrace o Marajó. Também foi lançado o Projeto Direitos Humanos Itinerante com a proposta de atendimento móvel e presencial dos citados canais de comunicação em regiões fronteiriças, ribeirinhas, quilombolas e municípios em situação de calamidade ou emergência.

A implementação da Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares foi iniciada em 2020. Trata-se de um conjunto ações com foco na família, a exemplo do Programa Reconecte, que considera necessária a ponderação e acompanhamento familiar no uso da tecnologia; e do Programa Horizontes, que fomenta o empreendedorismo entre jovens, principalmente em situação de vulnerabilidade social.

Na área de Educação, o plano plurianual apresenta programas para todas as modalidades. Na Educação Básica, os dados do IDEB 2019 evidenciam que seu desempenho segue tendência de elevação. Houve avanços quanto ao acesso, à universalização e à melhoria no desempenho educacional na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em que a meta do IDEB foi superada. No entanto, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, apesar do registro de melhora dos indicadores, as metas estabelecidas para o IDEB das escolas públicas, em 2019, não foram alcançadas, chegando a 4,6 e 3,9, ficando aquém das metas que eram de 5,0 e 4,7, respectivamente.

Ainda se destacam na educação básica, a flexibilização dos currículos, a elaboração de protocolo de biossegurança para o retorno seguro devido a pandemia, a oferta de cursos on-line para formação de professores e para uso de ferramentas digitais nas aulas, apoio psicológico aos alunos, entre outros. Teve-se também o apoio financeiro às escolas da educação básica (PDDE Emergencial), com o repasse de R\$ 672 milhões, para o atendimento de 116,8 mil escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal, de forma a contribuir, supletivamente, para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos de ensino e para adequação das estruturas e aquisição de materiais necessários para seguir o protocolo de segurança.

Nas atividades associadas à Educação Infantil, a cobertura chegou a 37% das crianças de 0 a 3 anos, em 2019, conforme consta no site do InepData. O valor constante do SIOP é de 35,7%, relativo a 2018. Em 2020 foi destinado o montante de R\$ 75 milhões para execução do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). Apesar dos desafios enfrentados no exercício, foram concluídas 355 obras de creches e pré-escolas no âmbito do Programa. No ano de 2020, o MEC investiu R\$ 25,8 milhões na Educação Infantil, apoiando a criação de 3.432 novas vagas em creche e 2.646 vagas em pré-escolas (Brasil Carinhoso) e a ampliação de 4.761 novas matrículas em creches e 1.617 novas matrículas em pré-escolas (Proinfância-novos estabelecimentos).

Para a alfabetização foram desenvolvidos materiais de orientação e de apoio para que famílias pudessem oferecer estímulos para o desenvolvimento cognitivo das crianças, nessa fundamental etapa do ensino. Também foram implementados cursos on-line de formação prática direcionados exclusivamente para professores alfabetizadores e demais profissionais da alfabetização. Para as crianças da alfabetização, foi disponibilizado, gratuitamente, o aplicativo GraphoGame, com mais de 380 mil downloads, que consiste em uma tecnologia educacional gratuita de apoio à alfabetização que auxilia famílias a manterem o engajamento das crianças em fase de alfabetização.

No âmbito de fomento do uso de tecnologias educacionais para a educação básica, destaca-se o Programa de Inovação Educação Conectada, que repassou R\$ 104,4 milhões a 99.938 escolas urbanas e 7.568 escolas rurais

conectadas via satélite para apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais.

Outra medida adotada pelo MEC no ano de 2020, refere-se à execução regular do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, tendo em vista que eventual interrupção da oferta dos alimentos poderia acarretar o desperdício e a descontinuidade da garantia do direito à alimentação a esses estudantes, e agravar um possível estado de insegurança alimentar. No exercício de 2020, foram pagas as dez parcelas ordinárias do Programa (fevereiro a novembro) mais uma parcela extra em dezembro, resultando no valor total de R\$ 4,3 bilhões para as redes estadual, municipal, distrital e federal, beneficiando aproximadamente 39,9 milhões de alunos. Além disso, também houve continuidade em ações de apoio suplementar à educação básica: PNATE, PNLD, PDDE Básico e ações agregadas ao Programa, diversas iniciativas apoiadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Até 2020, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares implantou 53 Unidades de Ensino, sendo 15 na Região Norte, 7 no Nordeste, 11 no Centro-Oeste, 5 no Sudeste e 13 no Sul, para beneficiar aproximadamente 36,8 mil alunos, com investimentos, em 2020, no valor de R\$ 16,8 milhões, sendo que R\$ 1,8 milhão destinados às ações do Programa em parceria com o Ministério da Defesa.

No âmbito da etapa do Ensino Médio, o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI repassou, no exercício de 2020, R\$ 325 milhões, sendo 238,5 milhões referentes à parcela 2020, contempladas 259.580 matrículas e 1.439 escolas. Cabe consignar ainda o empenho de R\$ 86,5 milhões para atender parte da meta de mais de 500 mil matrículas para 2021. Já o Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio repassou R\$ 182,8 milhões via PDDE, para 4.117 escolas, atendendo aproximadamente 1,8 milhão de estudantes do ensino médio.

Em 2020, com o objetivo de fomentar a formação continuada em educação bilíngue de surdos para potencializar a efetividade nos processos de ensino-aprendizagem do público surdo, em parceria com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), e com Secretarias de Educação Estaduais, do Distrito Federal e municipais, o MEC fez a gestão da formação continuada em educação especial de professores do atendimento educacional especializado e profissionais da educação básica. Foram ofertadas 4 mil vagas, em 9 IFES, para a oferta de 6 cursos de formação, com investimento de R\$ 1,4 milhão. Além disso, 37 escolas de educação bilíngue de surdos foram atendidas por meio do PDDE Salas de Recursos Multifuncionais e Bilíngues.

Na Educação Especial, conforme dados do Censo Escolar 2020, foram registradas 1.063.496 matrículas de estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação, conforme dados do Censo Escolar (Inep/MEC). Em 2018, esse quantitativo era de 951.583 matrículas.

Na área da Educação Profissional e Tecnológica, com relação às matrículas de educação profissional técnica de nível médio, ofertadas pelas redes públicas e privadas, a meta prevista para 2020 era de 1.949.973. Conforme dados do Censo Escolar (Inep/MEC), no ano base de 2020 foi alcançado o número de 1.833.351 matrículas na educação profissional. A situação emergencial de saúde decorrente da Covid-19 impactou significativamente no alcance da meta prevista para o ano de 2020, tendo em vista a suspensão das atividades das instituições de ensino que compõem as redes ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos). Cabe ressaltar que grande parte das matrículas realizadas em 2020 só foi possível em razão de ofertas na modalidade EaD, uma vez que as aulas presenciais previstas foram suspensas ou adiadas em razão das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia.

No que se refere à qualificação profissional, a meta prevista para 2020 foi de 347.726 matrículas, registrando um alcance de 273.028 matrículas, sendo a principal fonte de apuração do número de matrículas em cursos de qualificação profissional o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). A situação emergencial de saúde decorrente da Covid-19 impactou significativamente no alcance da meta prevista para o ano de 2020. Novamente, grande parte das matrículas realizadas em 2020 só foi possível em razão de ofertas na modalidade EaD.

Ainda no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, o Programa Novos Caminhos realiza um conjunto de ações para a inserção sócio-produtiva de jovens e trabalhadores e o fortalecimento da produtividade e competitividade de diversos setores da economia. Em 2020, foram pactuadas 209,2 mil vagas em cursos técnicos e de qualificação profissional.

No tocante ao ensino superior, a rede federal de educação superior conta com 69 universidades em todas as unidades da federação. Conforme os últimos dados divulgados do Censo da Educação Superior (Inep/MEC), registrou-se mais de 1,1 milhão de alunos matriculados nas Universidades Federais em 2019. O último relatório de monitoramento do PNE, publicado pelo INEP/MEC, aponta que a taxa bruta de matrícula na educação superior cresceu 6,2 p.p. entre 2012 e 2019, registrando, nesse último ano a taxa de 37,4%. A taxa de regulação e supervisão de instituições do sistema federal de ensino alcançou 98,79% em 2020.

Em 2020, o Prouni ofertou 417,8 mil bolsas, o Fies autorizou a oferta 100 mil vagas, e o SISU recebeu mais de 4,2 milhões de inscrições para vagas ofertadas em 130 instituições de ensino superior. O Programa de Bolsa Permanência (PBP) atendeu 16,3 mil estudantes de Instituições federais de Educação Superior, sendo 6.852 indígenas, 5.546 quilombolas e 3.921 alunos em vulnerabilidade econômica, além do atendimento a 10,4 mil estudantes do Prouni matriculados em instituições privadas.

Ainda no âmbito da Educação Superior, o MEC consolidou a proposta para disponibilizar internet (acesso ao serviço de dados móveis) a estudantes de baixa renda matriculados nas instituições da Rede Federal, por meio do Projeto Alunos Conectados. Até o final de 2020, foram distribuídos mais de 100 mil chips aos alunos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Rede Federal de Educação Superior.

As residências multiprofissionais em área da saúde são voltadas para educação em serviço, orientadas pelos princípios e diretrizes do SUS, a partir das necessidades e realidades locais e regionais, abrangendo as diversas profissões da área da saúde. Em 2020, foram beneficiados com bolsas 4,4 mil residentes em medicina e 4,5 mil residentes em programas em área multiprofissional da saúde de Universidades Federais.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) atua na gestão de 40 hospitais universitários distribuídos em 32 universidades federais, sendo campo de prática para mais de 51 mil alunos, de graduação e de ensino técnico, na área da saúde. Além das unidades da EBSERH, a rede universitária federal conta com mais 10 unidades hospitalares que totalizam 50 unidades no país.

Destacam-se ainda as ações fomentadas pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), que conta com financiamento compartilhado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, com aporte total de R\$ 579,5 milhões no ano de 2020. Desse valor, R\$ 322,9 milhões são provenientes do Programa 5013 (Educação Superior) e o restante do Programa 5018 (Atenção Especializada à Saúde).

O Governo Federal deu continuidade às suas ações de fomento à pós-graduação. O número de títulos de mestrado continuou aumentando no período 2017-2019, chegando a 70 mil títulos concedidos no último ano, superando, assim, a meta de 60 mil títulos anuais estabelecida no PNE. O número de títulos de doutorado ultrapassou 24 mil títulos concedidos em 2019. Foram ainda concedidas, para cursistas de programas de pós-graduação *strictu sensu*, 94,5 mil bolsas de estudo no país e 5,2 mil bolsas de estudo no exterior. A Capes disponibiliza a estudantes, docentes e pesquisadores o Portal de Periódicos para acesso on-line à informação científica de alto nível. No ano de 2020 foram realizados 117 milhões de acessos a sua base de dados, com investimento da ordem de R\$ 470,8 milhões.

Ainda no campo da educação, cabe destacar as atividades associadas ao Exames e Avaliações Educacionais realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep/ Ministério da Educação. No ano de 2020, em virtude da pandemia do Novo Coronavírus – Covid-19, os impactos nas ações do Inep foram consideráveis. Nesse contexto, houve readequação nos cronogramas, para o ano de 2021, do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (versão tradicional e digital), do Certificado de Proficiência em Língua

Portuguesa para Estrangeiros – Celpe-Bras, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – Encceja e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – Enade. A primeira etapa do Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira – Revalida foi aplicada em dezembro de 2020 para 16.452 médicos inscritos.

Mesmo com o advento da pandemia, o Inep manteve a qualidade e a periodicidade das publicações, estudos e aplicações dos Censos Educacionais. Com relação às avaliações internacionais nas quais o Inep participa, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – Pisa e o *Progress in International Reading Literacy Study* – PIRLS foram adiados. Cabe destacar o impacto direto das restrições advindas da pandemia nas Avaliações Externas in loco de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação, cuja atividades são realizadas presencialmente pelas comissões.

No âmbito da Cultura, o Setor enfrentou desafios no ano de 2020 decorrentes da suspensão das atividades culturais, tendo em vista as restrições sanitárias impostas pela pandemia Covid-19. Além disso, a estrutura da Secretaria Especial de Cultura (Secult) passou a integrar o Ministério do Turismo, e não mais a Pasta da Cidadania. Algumas medidas foram tomadas pelo Governo Federal no sentido de atenuar os efeitos negativos da paralisação do setor, dentre elas a normatização dos procedimentos extraordinários para captação, execução, prestação de contas e avaliação de projetos culturais financiados pela Lei de Fomento e Incentivo à Cultura.

Em junho de 2020 um crédito extraordinário no valor de R\$ 3 bilhões, conhecido como Lei Aldir Blanc, foi repassado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir renda aos trabalhadores da cultura e manutenção dos espaços culturais. Foram beneficiadas todas as unidades da Federação e 4.177 Municípios, sendo que esses últimos receberam 95% do valor total. Ainda merece destaque a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), que embora em estágios diferenciados, encontra-se em andamento em todo país. Em 2020 foi apurado que todos os Estados e 48% dos municípios brasileiros, ou seja, 2.174 cidades e 171,9 milhões de brasileiros estão comprometidos com o debate cultural. A adesão ao Sistema se dá quando Estados e Municípios incluem a participação social no processo de estruturação e desenvolvimento de políticas públicas na área cultural.

Na área da Justiça, com relação a processos de conflitos de consumo em decorrência da pandemia da COVID-19, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON) editou Portaria que torna obrigatória a participação de alguns grupos de empresas no Consumidor.gov.br. Em 2020, foram finalizadas 1.196.627 reclamações por meio da plataforma Consumidor.gov.br e essa comunicação direta entre consumidores e empresas promovida pelo sistema permitiu uma média de resolutividade de 78%. No que diz respeito aos ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), em 2020, a descapitalização patrimonial das organizações criminosas e a aplicação dos recursos oriundos de bens apreendidos do crime resultaram em valor recorde arrecadado para o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, cujos recursos foram investidos no fortalecimento da segurança pública do país e em políticas de prevenção às drogas. Nesse sentido, a SENAD desenvolveu suas atividades com foco nas metas estabelecidas e conseguiu destinar 52,29% dos ativos oriundos de crimes. A arrecadação do montante líquido em 2020 foi de R\$ 134.196.822,85 para o FUNAD, resultado superior em 46% ao arrecadado em 2019 e 200% superior quando comparado com valor arrecadado em 2018.

Quanto à análise de processos de naturalização, o Sistema Naturalizar-se passou a ser, a partir de 3 de novembro de 2020, o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização, expandido a todas as unidades da Polícia Federal. O requerente inicia o procedimento por meio 100% digital, sendo necessária sua presença na Polícia Federal, uma única vez, após agendamento, para coleta biométrica e conferência dos originais. Esse novo fluxo evita idas desnecessárias à repartição pública, contribuindo com a gestão do atendimento presencial, mais rápido e eficiente.

Cabe ainda destacar as atividades de classificação indicativa, com o objetivo de proteger crianças e adolescentes de possíveis danos causados pela exposição a conteúdos inadequados para suas faixas etárias, seja

na TV, no cinema ou nos jogos eletrônicos. O MJSP, no âmbito de sua competência, de acordo com normas da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, conseguiu cumprir sua meta prevista para o ano de 2020 em analisar 100% das obras encaminhadas para exame do Ministério, sendo 6.370 relatórios de classificação indicativa.

No âmbito da Polícia Federal, a unidade conseguiu superar o número planejado de operações de polícia judiciária para o exercício de 2020, alcançando o total de 6.885 operações deflagradas. Dentre os principais resultados dessas ações estão: I - 8.329 Mandados de Busca e Apreensão cumpridos; II - 3.122 Mandados de Prisão cumpridos; III - 6.149 Flagrantes realizados; IV - R\$ 9,5 bilhões aproximadamente em bens e valores apreendidos; V - aumento de 18% no número de operações no combate ao crime contra o meio-ambiente e o patrimônio histórico, quando comparado ao exercício de 2019; VI - R\$ 155.305.555,00 de potencial prejuízo evitado à União, em se tratando de crimes previdenciários; VII - cerca de R\$ 1,2 bilhão em apreensão e sequestro de bens ligados ao tráfico de drogas, armas e facções criminosas; VIII - 270 análises investigativas de possíveis fraudes no Auxílio Emergencial; IX - 225 operações de combate à pornografia e ao abuso sexual infantil; X - 506 vítimas resgatadas em crimes contra os Direitos Humanos; XI - 14 operações deflagradas contra crimes afetos às comunidades indígenas; e XII - cerca de R\$ 6,1 bilhões em bens e valores apreendidos em operações deflagradas no âmbito do combate à corrupção.

Na Polícia Rodoviária Federal, com 3.295 operações realizadas, destacam-se: I - apreensão de 30,4 toneladas de cocaína/cloridrato de cocaína e 727,1 toneladas de maconha, representando mais que o dobro da quantidade apreendida em 2019; II - apreensão de aproximadamente 121,2 milhões de pacotes de cigarros descaminhados; III - detenção de mais de 47 mil pessoas; IV - 2.241 armas, 90.347 munições e mais de R\$ 45,2 milhões em espécie foram retirados de circulação, diminuindo os recursos das organizações criminosas, minimizando confrontos armados e saturando áreas estratégicas, seja pela presença ostensiva das forças de segurança ou pelo controle por meio de recursos tecnológicos; V - recuperação e devolução aos seus proprietários de mais de 9 mil veículos objetos de furto ou roubo, cerca de 27,4% a mais que no exercício de 2019; e VI - mais de 34 mil animais silvestres e apreendidos, e aproximadamente, 40 mil m³ de madeira em situação irregular.

A Secretaria de Operações Integradas (SEOPI) planejou e executou 27 operações integradas, dentre as quais tomam evidência as operações de enfrentamento: ao tráfico de drogas, ao contrabando de cigarros e de armas de fogo, a estelionatos em redes sociais, ao abuso ou à exploração sexual infantil, à pirataria digital, entre outros tipos de crimes. Dessas operações policiais, duas (Operação Luz na Infância – sobre exploração sexual infantil, e Operação 404 - sobre pirataria digital) foram coordenadas para deflagração conjunta em cinco países distintos (Estados Unidos da América, Reino Unido, Argentina, Paraguai e Panamá), além do Brasil, onde estavam a maioria dos alvos. Diga-se, ainda, das operações de segurança por ocasião do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, desenvolvidas em todos os estados da Federação, bem como as relativas ao transporte de material radioativo e monitoramento da Covid-19.

No âmbito de atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP as operações contemplam a entrega de três produtos em cada município selecionado dentre aqueles que possuem os maiores índices de criminalidade violenta. Em 2020, destacou-se o desenvolvimento do Projeto Piloto “Em Frente Brasil”. Como resultado, os municípios do projeto piloto apresentaram conjuntamente uma redução de 9,4% no número de homicídios e 34,4% no número de roubos, em relação ao ano de 2019. Contabilizando o período desde o início do projeto em agosto de 2019, o número de homicídios nos municípios pilotos diminuiu em 32,5% e o de roubos teve queda de 39%.

Finalmente, o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) atuou no enfraquecimento das organizações criminosas e no aprimoramento da execução penal, sobretudo, mediante o aperfeiçoamento do controle de unidades prisionais, por meio da realização de operações de cooperação que visam a retomada do controle de unidades prisionais estaduais em situações críticas, atuais ou iminentes, marcando-se a efetiva presença do Estado. Em 2020, dentre as operações realizadas pela Força de Cooperação Penitenciária, sobrelevam-se as operações realizadas nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Roraima e Pará, totalizando 3 operações.

Eixo Ambiental

A Agropecuária brasileira no PPA 2020-2023 busca evoluir na estratégia de obter desenvolvimento com sustentabilidade mantendo, a exemplo do PPA anterior, com a agenda de melhoria e simplificação dos instrumentos de financiamento e de seguro rural, a expansão do financiamento privado no setor, abertura e ampliação de mercados, fortalecimento da sanidade agropecuária e investimento em pesquisa e inovação.

O Programa Agropecuária Sustentável, em 2020, abrange o financiamento da produção (planos Safra), a gestão de risco (ZARC + PSR + Proagro); o abastecimento e a garantia de preços (PGPM/PGPAF), agricultura familiar (PRONAF); Assistência técnica e extensão rural; o Cadastro rural; as atividades pecuária, aquicultura, maricultura e pesca.

Para medir o alcance do objetivo do programa foram determinadas metas a serem aferidas pelo indicador “Índice de Sustentabilidade da Agropecuária” (ISA), composto pelas seguintes dimensões (ou componentes): “Crescimento da Produtividade”, “Adequação Ambiental” e “Sistemas de Produção e Acesso a Mercados”. As três dimensões se referem ao tripé da sustentabilidade, com resultados nas áreas ambiental, social e econômica.

Uma análise da composição das dimensões do referido indicador e do valor significativo atingido pela meta, que foi um *‘índice de sustentabilidade da agropecuária’* de 45% ante os 26% calculados em 2018, demonstra que o programa foi muito bem-sucedido em 2020.

Contudo, dadas as restrições da pandemia, foi necessário adotar em 2020 medidas emergenciais de apoio financeiro aos produtores rurais e suas cooperativas (financiamento à renegociação de dívidas e criação de linhas especiais de crédito para os pequenos e médios produtores - Pronaf e Pronamp), bem como, medidas emergenciais de apoio financeiro para amenizar os danos econômicos ocasionados pela estiagem na Região Sul, e pelo ciclone bomba ocorrido em SC.

A atividade da política de defesa agropecuária, analogamente a outras atividades, foi impactada pela pandemia Covid-19 que afetou as ações de fiscalização em campo e de controle sanitário animal e vegetal. As principais restrições foram de ordem fiscal e institucional (equipes reduzidas e limitações fiscais e sanitárias para deslocamentos nacionais).

Não obstante as limitações, novos esforços gerenciais e o uso de métodos alternativos de fiscalização adotados pelo programa Defesa Agropecuária foram bem-sucedidos em superar os entraves e manter em 89% o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal.

As limitações de ordem sanitária adotadas em face da pandemia Covid-19 também impactam o setor de Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação, porém, com uma certa defasagem temporal, isto é, pesquisas poderão atrasar, assim como os seus eventuais benefícios econômicos.

Mesmo com as limitações ocorridas em 2020, a Embrapa disponibilizou ao mercado agropecuário 34 novas tecnologias, sendo 16 cultivares, 1 inoculante; 1 sistema de produção integrada, 1 sistema de produção em monocultura, 1 biofungicida, 9 softwares, 1 equipamento, 2 metodologias científicas e 2 procedimentos informatizados.

Várias das tecnologias e processos disponibilizados contribuem para as políticas públicas do setor agropecuário e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030. São exemplos dessas tecnologias lançadas em 2020:

- Protocolo de certificação Carne Carbono Neutro (CCN), que tem como base os sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta ou silvipastoris;
- Cultivar de Arroz BRS A502 – Nova cultivar desenvolvida para o sistema de terras altas (sequeiro), indicada para os estados de: GO, MA, MT, PA, PI, RO;

- Aplicativo Bioinsumos - que oferece ao público opções de bioinsumos cadastrados no MAPA além de informações a respeito do emprego de insumos biológicos na agricultura.
- Plataforma GeoMatopiba - serviço de geoprocessamento para gerenciamento e análise de dados, de acesso público e gratuito, sobre a região agrícola do MATOPIBA.
- Novo arranjo institucional entre o Ceplac/MAPA e a Embrapa para ampliar a competitividade da cacauicultura e apoiar a pesquisa agropecuária cacauífera.

As atividades de titulação fundiária desenvolvidas pelo INCRA também foram afetadas por limitações de ordem sanitária para proteção da saúde pública em face da pandemia Covid-19, contudo a análise da meta do objetivo mostra que o programa foi bem-sucedido em superar tais limitações.

As restrições foram de caráter institucional e legal (Caducidade da Medida Provisória nº 910/2019), associadas com as decorrentes da Pandemia que causaram atrasos e entraves na execução das atividades junto aos cartórios de registro de imóveis, órgãos estaduais de terras e Secretaria de Patrimônio da União, comprometendo o alcance de alguns resultados intermediários.

A união alocou R\$ 531,7 milhões em recursos não orçamentários no Programa de Governança Fundiária na forma de créditos de financiamentos equalizados pelo Tesouro Nacional no Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra e de renúncias tributárias decorrentes da isenção do ITR para imóveis rurais compreendidos em programa oficial de reforma agrária.

Em 2020, para fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, e também para combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, houve a implementação de uma série de iniciativas, ferramentas e instrumentos de gestão. Destacam-se as políticas de monitoramento e avaliação sobre a conservação e o manejo sustentável de espécies nativas e o fortalecimento da Estratégia Nacional para o Controle de Espécies Exóticas Invasoras. Buscou-se promover e assegurar o uso sustentável de espécies brasileiras, valorizando os serviços ambientais que elas proporcionam, por meio da prevenção, da redução e da reversão de processos que poderiam afetar a biodiversidade. Para tal fim, tivemos o processo de elaboração, revisão e implementação de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies; Planos de Ação Nacional para Controle de Espécies Exóticas Invasoras; Planos Nacionais de Recuperação de Espécies, além de atuações programáticas efetivas em convenções internacionais, como na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), entre outras. Também foram contabilizadas 5 novas estratégias e iniciativas para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras.

Em outra frente de atuação, temos a questão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, que corresponde à utilização das informações genéticas ou moleculares contidas em organismos da biodiversidade brasileira em prol do desenvolvimento de produtos ou processos úteis à sociedade, ao tempo em que se deve garantir o efetivo ordenamento da repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de tal utilização. Em 2020, foram registrados 10.421 novos Cadastros de Acesso, de Notificações de Material Reprodutivo ou Produto Acabado e de Cadastros de Remessa de Patrimônio Genético registrados no SISGen.

O monitoramento das Unidades de Conservação (UCs) por meio de ferramentas de efetividade de gestão também contribuiu para o fortalecimento da conservação, do uso sustentável e da repartição do uso da biodiversidade e dos recursos naturais com subsídios para a tomada de decisão. Foram monitoradas 32 UCs a mais que em 2019, totalizando 592 UCs. Dentre essas, 176 pertencem ao bioma da Amazônia; 76 ao bioma da Caatinga; 100 ao bioma do Cerrado; 39 ao bioma Marinho; 193 ao bioma da Mata Atlântica; 6 ao bioma da Pampa; 2 ao bioma do Pantanal. Ao longo do ano, 34 Planos de Ação Nacional (PANs) foram monitorados e dois novos planos tiveram seu início de forma totalmente virtual: PAN Cavernas do Brasil e PAN Polinizadores. Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 884 (75%) estão contempladas em 48 PANs.

Com a utilização do sistema de informação de espécies ameaçadas CNCFlora/JBRJ, identificou-se a necessidade de atualizar requisitos de informação necessários a manutenção da consistência metodológica que rege o processo de avaliação de risco de extinção. Mesmo com os avanços obtidos nas duas últimas décadas relacionados com a publicação on-line dos dados associados às coleções biológicas e à ampliação de estudos de inventários, o conhecimento relativo à flora protegida na rede de UCs do Brasil ainda é disperso na literatura e, de certa forma, pouco acessível tanto para os profissionais que a estudam, quanto para aqueles encarregados de proteger e preservar a biodiversidade. Objetiva-se, portanto, municiar as políticas públicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade através da consolidação de dados da flora, em especial as endêmicas nas unidades de conservação distribuídas no país, de modo a permitir o desenho adequado destas ações conforme especificidades da constituição florística da Unidade de Conservação.

Os esforços pela qualidade ambiental urbana concentraram-se na gestão de resíduos sólidos, através da compra de equipamentos no valor de R\$ 35 milhões para municípios e consórcios. Também houve a implantação de dois importantes sistemas de logística reversa, que eram aguardados desde 2010: o de eletroeletrônicos e o de medicamentos; bem como a modernização do licenciamento para aplicação de biossólidos e do coprocessamento de resíduos e a digitalização de serviços, como o manifesto de transporte de resíduos e inventário nacional de resíduos sólidos on-line. Registre-se também o aperfeiçoamento da reciclagem das latas de alumínio, atividade que emprega atualmente cerca de 800.000 pessoas. Na mesma direção, contamos com a inauguração de centros de coleta e reciclagem e a aprovação de projetos para encerramento de lixões (R\$ 12 milhões em RO e R\$ 100 milhões em MG). O avanço dessa política foi em muito ajudado com a disponibilização de recursos reembolsáveis para projetos, incluindo resíduos sólidos e saneamento (R\$ 570 milhões).

Houve ainda a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aguardado desde 2010, com a inclusão da recuperação energética de resíduos sólidos urbanos nos leilões de energia e o apoio a dezenas de consórcios públicos para melhoria da gestão de resíduos e concessão dos serviços. Quanto ao combate ao lixo, registre-se que também foram realizadas ações de combate ao lixo nos rios (Rio Negro/Manaus/AM) e no mar (Baía de Guanabara/Rio de Janeiro/RJ).

Quanto à gestão de áreas verdes urbanas, temos o lançamento do Programa Cidades+Verdes e investimentos de mais de R\$ 5 milhões para criação e recuperação de praças e parques urbanos e, ainda, o Cadastro Ambiental Urbano, sistema digital que permite a gestão das áreas verdes urbanas por municípios, estados e governo federal. Quanto às ações para a melhoria da gestão e da qualidade do ar no país, foram realizada licitação para compra de estações para implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, prevista em 1989 e que começa a ser implementada efetivamente. Além disso, foi desenvolvido sistema informatizado (MonitorAr) que permitirá a integração das unidades federativas com informação em tempo real para o cidadão por meio de aplicativo. Para o enfrentamento das áreas contaminadas, foi lançado o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas e assinado Acordo de Cooperação para desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas, que prevê a capacitação de órgãos ambientais estaduais e municipais.

Para o ano de 2020, no âmbito do Programa Mudança no Clima, destacam-se o mapeamento de estimativa de necessidades de financiamento para o combate e o enfrentamento da mudança do clima relatado à UNFCCC. Através de dados oficiais foram levantadas informações sobre a estimativa de demanda para investimento em áreas como Energia, Indústria, Agricultura, Saneamento Básico e Tecnologia. Ademais, o relatório final de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima teve grande avanço em 2020, tendo ultrapassado a meta de 80% de sua elaboração. Foi desenvolvida metodologia, coletadas as informações dos órgãos setoriais e já iniciada a análise dos dados disponíveis.

A elaboração da estratégia nacional de incentivo à siderurgia brasileira com uso do carvão vegetal alcançou o resultado previsto, com a finalização da versão preliminar da estratégia. Tal versão foi discutida com áreas de governo relacionadas com o tema, já a versão final dependerá da decisão sobre a governança para implementação e de posterior consulta pública. Finalmente, as entregas relativas aos documentos preparatórios do Projeto Vertentes foram realizadas adequadamente tanto sob os aspectos de prazo quanto de qualidade técnica, sendo

o *Concept Note* e o *Child Project* já aprovados pelo Banco Mundial e Fundo Global para o Meio Ambiente. O Documento de Projeto (Prodoc) elaborado pela UGP segue em tramitação para análise e revisão final do Banco Mundial. O Manual Operacional do Projeto (MOP) também segue em elaboração.

No que tange ao Programa Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas, a redução do desmatamento e dos incêndios florestais nos diferentes biomas e o aperfeiçoamento do controle ambiental exigem o fortalecimento de medidas institucionais já existentes e a criação de novas soluções, como aquelas baseadas na valorização da floresta em pé e nos incentivos financeiros para a sua conservação. Assim, para enfrentar esse cenário foi criada a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal – CONAVEG. Também foi aprovado o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023, que fornece as diretrizes para combater o desmatamento com base em três temas transversais: 1. ambiente de negócios; 2. inovação e soluções tecnológicas; e 3. financiamento para práticas sustentáveis.

Foi instituído o Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+ (Portaria nº 288, de 2 de julho de 2020). O Programa Floresta+ é uma ação do MMA para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária. No âmbito do Floresta+, tem-se o Projeto Piloto Floresta+ Amazônia, que objetiva contribuir para a implementação das ações no setor florestal do Brasil e da Estratégia Nacional para REDD+, que conta com recursos do *Green Climate Fund* – GCF e pretende conservar e recuperar, respectivamente, 380 e 180 mil hectares de florestas nativas do Bioma Amazônia até 2023. Dos 500 milhões de reais captados pelo Brasil, mais de 80% serão destinados ao desenvolvimento do Projeto Piloto Floresta+.

Visto como um planejamento específico dentro do Plano de Manejo, o Plano de Manejo Integrado do Fogo – PMI foi implantado, no ano de 2020, em 32 unidades de conservação federal, o que corresponde a 25% do total de UCs. Vale destacar que, do universo de 334 UC, 154 unidades foram beneficiadas diretamente com a contratação de brigadistas em 2020, dessas, 127 possuem também brigadas específicas de prevenção e combate a incêndios florestais e, por fim, dessas 127 unidades, 32 UCs possuem PMIF.

Já com relação aos números de ação de fiscalização pelo ICMBio em Unidades de Conservação Federais, observa-se que o número de ações de fiscalização ambiental executadas (946) segue em uma trajetória crescente: acréscimo de quase 10% nas atividades realizadas frente ao ano anterior. Para a proteção de áreas federais prioritárias contra os Incêndios Florestais, destaca-se o alcance de 222.812,32 km², resultado que superou a meta estabelecida para o período, que era de 200.000 km². Foram contratadas as brigadas federais nos estados do AC, AM, AP, BA, CE, DF, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, RJ, RO, RR e TO.

Ainda em 2020, foram realizadas pelo IBAMA 650 ações de fiscalização ambiental, previstas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, relacionados aos temas: flora, fauna, atividade pesqueira, qualidade ambiental, licenciamento ambiental federal, comércio exterior e recursos genéticos. As operações de fiscalização ambiental do Ibama também foram realizadas em Terras Indígenas, localizadas nos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Maranhão, Rondônia e Roraima. Nestas localidades, o foco principal foi a desativação de mineração ilegal, desmatamento e outros delitos ambientais, somando 25 Terras Indígenas.

Eixo Econômico

O Programa Nova Previdência possui como Objetivo garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, com foco na proteção do cidadão e na melhoria da qualidade dos serviços. Em 2020, a Meta de melhorar o indicador de qualidade previdenciária em 9 unidades, incluindo melhorias na cobertura, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço, atingiu 90,34% do estimado para o exercício.

Quanto à execução do Programa, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, observa-se que dos recursos previstos para 2020, foram aplicados 99,04% da previsão atualizada, em dezesseis ações orçamentárias,

das quais se destacam: i) Benefícios Previdenciários Urbanos e ii) Benefícios Previdenciários Rurais, as quais pagaram, respectivamente, as aposentadorias e pensões urbanas e rurais do Regime Geral de Previdência Social, no montante de R\$ 644,4 bilhões. Embora 2020 tenha sido um ano atípico, que dificultou a concretização de algumas iniciativas, podemos citar realizações importantes do exercício. A revisão de todo o Regulamento da Previdência Social, por exemplo. Com a publicação do Decreto 10.410/2020, diversos dispositivos do Decreto n. 3048/1999 foram atualizados de acordo com os novos marcos constitucionais. A regulamentação é um passo importante para a aplicação adequada das novas regras da previdência pública brasileira. Diversas ações foram ainda tomadas para efetivar as alterações promovidas pela Lei nº 13.846/2019, em especial o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade (PRBI), que terá significativo impacto na redução de fraudes e irregularidades, com relevantes ganhos fiscais esperados. Foram promovidas ações que permitirão iniciar o processo de revisão bianual do BPC, com participação da Subsecretaria da Perícia Médica Federal. A Secretaria de Previdência passou a compor o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, com diversas ações voltadas à melhor preparação para aposentadoria, incentivando a formação de poupança previdenciária.

No que se refere à qualidade dos serviços, deve-se destacar que a pandemia do novo coronavírus trouxe desafios significativos para o atendimento tempestivo aos segurados, especialmente devido ao número elevado de servidores em regime de trabalho remoto e ao fechamento das Agências da Previdência Social. Nesse contexto, diante da impossibilidade do atendimento presencial, a Secretaria regulamentou as antecipações de benefícios por incapacidade. Posteriormente, uma vez que a pandemia se estendeu por mais tempo do que o inicialmente previsto, a Secretaria regulamentou a conversão das antecipações em benefícios definitivos, desde que observadas algumas condições, sem a necessidades de perícia presencial.

No âmbito do Programa Política Econômica e Equilíbrio Fiscal, para alcançar o equilíbrio fiscal de forma a favorecer o crescimento econômico, a meta estabelecida foi retornar a uma situação de resultado primário positivo (superavitário) até 2022. O déficit primário previsto inicialmente em (-) R\$ 124,1 bilhões para 2020, tomou por base a evolução deste resultado desde 2016, o qual vinha evoluindo de um déficit no Resultado Primário do Governo Central de (-) R\$ 159,5 bilhões em 2016, para (-) R\$ 118,4 bilhões em 2017, (-) R\$ 116,2 bilhões em 2018 e (-) R\$ 88,9 bilhões em 2019 (fonte: STN).

Porém, com o advento da pandemia da COVID-19, o Governo Federal implementou programas emergenciais de transferência de renda, e elevou substancialmente gastos diretos relacionados ao Ministério da Saúde para ampliação da capacidade de atendimento aos enfermos, transferências de recursos aos entes subnacionais e medidas de isenção de tributos de importação de materiais e insumos relacionados ao tratamento da Covid-19. Em decorrência desta realidade, o resultado primário de 2020 fechou em (-) R\$ 745,30 bilhões.

Com o intuito de garantir a estabilidade monetária e um sistema financeiro sólido e eficiente, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do país, o Governo Federal tem buscado manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para isso, são adotadas duas métricas ou vertentes de avaliação da estabilidade monetária e da eficiência e solidez do sistema financeiro nacional, quais sejam: a) o indicador variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e b) o indicador de enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização.

a) Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Na vertente do objetivo de assegurar a estabilidade monetária, o IPCA encerrou 2020 em 4,52%, acima da meta de 4,00% definida para o ano, mas dentro do intervalo de tolerância de 1,5 pontos percentuais (2,5% a 5,5%).

No que se refere aos efeitos da pandemia COVID-19, tem-se que em 2020 a economia mundial sofreu forte choque exógeno, proveniente da pandemia de covid-19, evento que também abalou a economia brasileira. A pandemia afetou a economia por diversos canais, como interrupção de comércio mundial, choque nos preços

de commodities, choques fiscais ao alterar a arrecadação e expandir os gastos, e choques severos de redução de oferta e de demanda. Para combater os citados efeitos, a taxa Selic foi reduzida em 2,5 pontos percentuais, de 4,5% a.a. para 2,0% a.a., finalizando o ano de 2020 em seu menor nível histórico. Considerando que os instrumentos de política monetária têm impacto sobre a economia com defasagem significativa (< 2 anos) e efeitos não determinísticos, o gestor reportou ainda sobre a métrica de variação do IPCA: “Devido à substancial incerteza associada a projeções de inflação no horizonte relevante para a condução da política monetária, em grande medida decorrente da incidência natural de choques favoráveis e desfavoráveis na economia ao longo do tempo, é de se esperar que, mesmo sob condução apropriada da política monetária, a inflação realizada oscile em torno da meta”.

b) Enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização

Na vertente do objetivo de assegurar à sociedade um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, reporta-se que os mercados financeiros funcionaram adequadamente em 2020. O SFN iniciou 2020 bem capitalizado, bem provisionado e com liquidez elevada, o sistema bancário supriu a economia real com crédito para atender as demandas decorrentes da pandemia Covid-19 e o SFN atravessou o período de estresse decorrente da pandemia com baixo risco de liquidez e encerrou 2020 com liquidez elevada.

Em relação ao indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por parte das instituições do SFN, verifica-se que ele apresentou média de 99,91% de enquadramento para a data-base novembro/2020 (período de acompanhamento: Dez/19 a Nov/20). Em 2020, foi apurada média mensal de 24 instituições desenhadas que, somadas, representavam um patrimônio médio de R\$ 401 milhões, ante um total médio consolidado para todo o SFN de R\$ 458 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível. É importante ressaltar que os desenhamentos citados foram acompanhados pela Supervisão do BC por meio de ações específicas visando à regularização das situações encontradas.

Diante do exposto, percebe-se que o objetivo do Programa Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira foi alcançado no ano de 2020. Tanto pela inflação observada no período ter ficado dentro do intervalo da meta estabelecida pelo CMN, quanto pelo enquadramento e nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro ser bastante sólido.

Quanto ao Programa Inserção Econômica Internacional, na busca por uma maior inserção do Brasil na economia internacional percebe-se que, com a retração da atividade econômica decorrente da pandemia, os investimentos, o fluxo comercial e a lucratividade do setor privado tiveram impactos relevantes sobre o comércio exterior no exercício de 2020. Conforme dados divulgados pelo BACEN, a meta de elevar a corrente de comércio exterior de bens e serviços do Brasil para US\$ 547,8 bilhões em 2023, atingiu 86,4% do total previsto (US\$ 526,5 bilhões) para 2020.

Apesar do não atingimento da meta em 2020, observa-se que, no âmbito orçamentário, a União financiou operações para o PROEX no valor de R\$ 1,4 bilhão, correspondentes aos valores liberados para financiamentos às exportações, bem como equalizou taxas de juros de financiamentos concedidos por instituições financeiras para exportações (PROEX), no valor de R\$ 271 milhões.

Outros resultados relevantes no âmbito da inserção econômica internacional são:

- A redução de barreiras não-tarifárias por meio da emissão de 838.341 licenças de importação emitidas, superando a meta prevista; revogação de 207 atos normativos; e a obtenção de 383 Números Códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM com redução tarifária.
- Avanços no Programa Portal Único de Comércio Exterior, que tem previsão de entrega completa ao final de 2022. Atualmente, o projeto Exportação já foi 100% entregue e o projeto Importação, após a interação finalizada em jan/2021, encontra-se com aproximadamente 50% das funcionalidades desenvolvidas.

A despeito das dificuldades e limitações sanitárias impostas pela pandemia em 2020, o Programa Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade obteve um desempenho considerado satisfatório a partir da análise situacional do objetivo, do valor já atingido pela meta e da composição das entregas previstas nos resultados Intermediários.

A Meta para o período de quatro anos do PPA, visava: "Atingir a 76ª posição no *Global Competitiveness Index-Business Dynamism*" (GCI-BD) em 2023. A proposta de trajetória para meta era a 100ª posição em 2020. Porém, de acordo com o relatório publicado em 2019, o Brasil avançou da 72ª posição em 2018 para a 71ª colocação em 2019. Um dos melhores resultados alcançados foi no item "Dinamismo de Negócios-11º Pilar", que subiu da 108ª posição, em 2018, para a 67ª posição, em 2019.

Ademais, foram identificados avanços importantes em dois projetos específicos, por meio de parcerias, que visam ao incremento da competitividade do setor de comércio e serviços: a) Projeto Desafios para comércio eletrônico, no qual foi firmada parceria com ENAP para chamada pública de ciclo de inovação no modelo de comércio eletrônico brasileiro, com resultados previstos para 2021; e b) Projeto Data Centers, em convênio com a ABDI, que visa elaborar estratégia de desenvolvimento da economia digital e de setores base dependente/intensivos em TI (data centers).

Em 2020, foram realizadas entregas regulatórias relevantes para a sociedade, que impactam diretamente o Ambiente de Negócios brasileiro, sendo as principais: Marco legal das Startups, Novo Marco de Telecomunicações, Novo Marco do Saneamento, Marco Legal do Reempreendedorismo e Plano de Combate ao Backlog de pedidos de patentes.

Outros destaques são: i) a Implantação de regime de Ex-Tarifário para redução temporária da alíquota do imposto de importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicação (BIT), quando não houver a produção nacional equivalente, e ii) a publicação de 75 portarias de fixação e alteração de Processo Produtivo Básico (PPB) Lei n.º 8.387, o que permitiu novos investimentos e a ampliação do parque fabril instalado no País. No mesmo sentido, foram encaminhadas ao Congresso Nacional para discussão, entre outros: o PL de Internet das Coisas (Iot), PL Br do Mar, PL dos Engenheiros, PL do Gás, PL Regime de Partilha, PL da Praticagem, PL Ferrovias Produtivas, Lei de PPP e Concessões.

No que se refere à redução da Participação do Estado na Economia, a meta do Programa Brasil, Nosso Propósito engloba a venda de ativos imobiliários, a liquidação ou privatização de estatais federais, bem como a realização de desinvestimentos, nos quais se incluem vendas de participações acionárias da união em empresas, vendas de ativos detidos pelas empresas estatais federais, incluindo vendas de subsidiárias, bem como as devoluções de empréstimos concedidos pela União às empresas estatais, principalmente do setor financeiro. Em 2020, o resultado de R\$ 54,9 bilhões é composto por desinvestimentos de R\$ 49,11 bilhões, R\$ 5,19 bilhões em desestatizações e R\$ 0,6 bilhão de alienações referentes a ativos imobiliários.

Diante do exposto, se observa que o montante dos desinvestimentos realizados se destaca dos demais resultados relativos ao exercício de 2020. Apesar de ter sido apurado R\$ 49,11 bilhões com desinvestimentos em 2020, o mesmo correspondeu, ante uma meta de R\$ 83,5 bilhões, a 58,8% do previsto para o Resultado Intermediário correspondente.

No tocante ao programa Modernização Trabalhista e Trabalho Digno, estes têm sido perseguidos através do aperfeiçoamento e simplificação das normas trabalhistas, aumento da conformidade e aderência às normas trabalhistas, simplificação dos serviços prestados com segurança e ampliação da efetividade das ações de fiscalização para a proteção aos trabalhadores. A meta do Programa até 2023 é atingir o índice 1 de condições e relações de trabalho (ICTR), que contempla ações de promoção da conformidade legal e melhoria de serviços. Nesse sentido, em 2020 foi alcançado o índice de 0,90, superando os 0,3 previstos para o exercício.

Observa-se, entretanto, que, em função da pandemia Covid-19, foram remanejados recursos de algumas fontes, no montante de R\$ 51,64 bilhões, visando custear Benefícios Emergenciais (Ação 21C2 – Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda).

O programa promove a simplificação e ajustes na prestação de serviços de concessão de Seguro-Desemprego e emissão da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), que deverá se tornar documento digital. No contexto de melhoria dos serviços, também está a implantação do e-Social, que simplifica as obrigações administrativas do empregador e facilita a fiscalização das obrigações trabalhistas.

No âmbito do Programa Empregabilidade, objetiva-se aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva. A Meta correspondente para o Programa, de alcançar 16% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal, previu um alcance de 6% para 2020. Entretanto, o percentual alcançado foi de apenas 1,8.

A retração constatada no resultado do Programa, ante uma linha de base de 3,2% em 2018, decorreu principalmente do advento da pandemia da COVID-19, que trouxe impactos sobre a economia e o mercado de trabalho, em particular no aumento da desocupação (IBGE/PNADC). Essa situação afetou o desempenho das políticas ativas de emprego dada pela: i) redução na demanda de intermediação de mão de obra (escassez de vagas e a necessidade de isolamento social); e ii) redução da oferta de cursos de qualificação profissional.

No que concerne a resultados relevantes deste Programa, pode-se citar o desenvolvimento e disponibilização de plataforma para a Escola do Trabalhador.

No que se refere ao Programa Brasil na Fronteira do Conhecimento, os esforços para impulsionar pesquisa e desenvolvimento (P&D), buscando avançar a fronteira em todas as áreas do conhecimento, com a otimização da capacidade científica do País, compreendem um vasto leque de políticas públicas e ações orientadas ao fomento a projetos de pesquisa, à formação e atuação de pesquisadores, à modernização, recuperação, otimização e fortalecimento da infraestrutura de pesquisa, e à popularização da Ciência, divulgação científica e de promoção do ensino de Ciências. Tais políticas e ações são uma resposta institucional à necessidade de o Brasil suplantarem problemas estruturais, a exemplo do baixo contingente de recursos humanos qualificados para a pesquisa.

Estão em andamento dois importantes e vultosos projetos de Investimentos Plurianuais, para ampliação e construção de grandes infraestruturas laboratoriais de pesquisa: a expansão das instalações do Laboratório Nacional de Nanotecnologia e a construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração – SIRIUS. Em 2020 foi concluída obra nas instalações do LNNano com a implantação de área com classes de limpeza ISO6 e ISO7. Houve investimentos em equipamentos importantes para o trabalho com nanopartículas e aumento de capacidade para grande quantidade de amostras além de recursos de computação e de emissão de Raios X.

Com as obras civis do Sirius finalizadas, a evolução da corrente de operação dos aceleradores e o início de operação de novas linhas de luz, otimizações dos vários subsistemas são necessárias para se adequar às novas cargas elétricas e hidráulicas. Atualmente, todos os sistemas encontram-se em operação de rotina e eventuais manutenções preventivas, otimizações e correções são feitas sem desligamento dos sistemas e seguindo protocolos que garantam a estabilidade de operação. Há esforços para a contratação do sistema de criogenia, preparação para campanha de alinhamento global dos aceleradores, instalação e testes do sistema de nobreaks central destinado a todos os sistemas críticos do Sirius e força tarefa da equipe de engenharia no projeto dos onduladores. Todos esses são recursos necessários para a plena utilização da capacidade instalada do Sirius, uma grande realização da ciência e da engenharia nacionais.

No escopo do Programa Política Nuclear, registrou-se o aumento do fornecimento e da capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos. As entregas foram cumpridas dentro dos parâmetros previstos de quantidade e qualidade, apenas houve atraso no cumprimento do cronograma de atendimento. Um fato que merece ser

observado é que, mesmo tendo havido uma redução da demanda, os custos operacionais foram majorados de forma significativa, em função da elevada desvalorização cambial, sendo que os principais insumos são importados. No que se refere à proteção radiológica social e ambiental, as entregas foram cumpridas conforme o programado, tendo sido atendidas 14 solicitações para verificação de situações de emergências radiológicas ao longo do exercício de 2020, correspondendo a 100% de atendimento às demandas solicitadas. Importante destacar que são contabilizadas todas as situações de atendimento que possam significar risco potencial para a população, para o trabalhador ou para o meio ambiente, mesmo que não corresponda a um acidente radiológico propriamente dito.

Houve avanço na pesquisa e desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, com 15 registros: 6 patentes depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); a celebração de 08 acordos de parceria/memorando de entendimento e a assinatura de 01 (um) contrato de prestação de serviço. As ações de fiscalização prosseguiram com sucesso.

Quanto à produção de combustível nuclear, foram produzidos 100 elementos combustíveis, atendendo 100% da demanda das usinas nucleares de Angra 1 e 2, em conformidade com os cronogramas de entrega acordados com a Eletronuclear, operadora das centrais nucleares nacionais. Em relação à atividade de mineração e beneficiamento de urânio, destaca-se a retomada da produção de concentrado de urânio em solo nacional, na Unidade de Concentração de Urânio - URA, em Caetité/BA, após a exaustão dos recursos passíveis de lavra a céu aberto da mina da Cachoeira, ocorrida em 2015.

Concernente ao Programa Espacial Brasileiro, o ganho de autonomia do país para a condução de missões espaciais complexas obteve avanços na área de satélites, por meio da missão Amazonia-1, e na área de lançadores, por meio da qualificação do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1). Também houve a manutenção da operacionalidade de nosso principal centro de lançamento, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), localizado no Maranhão (MA), e o desenvolvimento de tecnologias consideradas críticas para satélites e veículos lançadores.

Com relação à missão Amazonia-1, os principais objetivos alcançados para o ano de 2020 foram as atividades da preparação para a campanha de lançamento no Centro de Lançamento Satish Dhawan Space Centre, em Sriharikota, na Índia.

Para manter a operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), foram realizadas duas campanhas de lançamento, para treinamento e verificação de desempenho dos sistemas operacionais do centro. A primeira campanha, denominada Operação Falcão, ocorreu em junho de 2020, com o lançamento bem-sucedido de um Foguete de Treinamento Básico (FTB). Na segunda campanha, denominada Operação Águia, ocorrida em novembro de 2020, houve falha do motor do Foguete de Treinamento Intermediário (FTI), mas todos os procedimentos para a campanha de lançamento foram realizados.

O conjunto de políticas presentes no Programa Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável busca promover o empreendedorismo, a inovação e a difusão de tecnologias, visando o aumento do impacto do dispêndio público e na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Dentre as expectativas da resultante dos esforços abrangidos por essas políticas estão, por exemplo: i) indução de investimentos privados em P&D; ii) ampliação do acesso das empresas aos mercados, a partir do desenvolvimento e oferta de produtos e serviços com maior densidade tecnológica e fruto de uma maior inter-relação entre os produtores de conhecimento (universidades e institutos de pesquisas) e as empresas; iii) maior oferta de recursos humanos qualificados para as atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação; iv) ampliação na capacidade de transferência e difusão de tecnologias; e v) redução de assimetrias regionais e socioeconômicas.

No tocante ao Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, em relação à inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, com o suporte do Programa Rotas de Integração Nacional, houve a instalação do polo da Rota da TIC, denominado “Sertão Digital da Ride

Petrolina e Juazeiro”, e do polo do Cacau, no Estado do Pará, ambos com Comitê Gestor constituído, no entanto, sem projetos iniciados em 2020. As dificuldades relativas ao estado de emergência em saúde pública ocasionado pelo Coronavírus (COVID-19) tiveram impacto na capacidade de mobilização nos territórios e no alcance dos resultados, destacando-se também a insuficiência orçamentária para apoio a projetos nos novos polos criados. No entanto, uma série de parcerias foi firmada para o desenvolvimento de projetos em dez cadeias produtivas, em diversas regiões do País, com investimentos em torno de R\$ 26 milhões (Biodiversidade, Açaí, Fruticultura, Economia Circular, Cordeiro, Mel, Leite, Pescado, Cacau e TIC), além de que R\$ 4 milhões foram investidos na implantação do Parque Tecnológico no Alto Solimões, no Arco Norte da Faixa de Fronteira.

Quanto à Agricultura Irrigada, vários resultados foram alcançados, como a instalação da primeira Unidade de Referência em Produção Irrigada, na Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); a criação de dois novos Polos de Agricultura Irrigada, o Polo de Irrigação Sustentável do Sul de Mato Grosso e o Polo de Irrigação do Noroeste Gaúcho; e a contratação de dois Projetos Piloto de gestão de recursos hídricos e energia renovável, sendo um no Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho, em parceria com Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e um projeto com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) para implantar três unidades de reuso de água no Nordeste Semiárido.

No que concerne ao Desenvolvimento Urbano, foi lançada em dezembro de 2020 a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes, que propõe uma agenda pública sobre a transformação digital nas cidades brasileiras. No âmbito do Programa Pró-Cidades, que financia a reabilitação de áreas urbanas e a modernização tecnológica urbana, foram selecionadas sete propostas, ainda em fase de contratação, no valor de R\$ 90,7 milhões. Nenhum empreendimento de desenvolvimento urbano foi concluído no ano, sendo justificado, em parte, pelos efeitos da COVID-19.

Quanto ao Programa Política Externa em 2020, especificamente no que se refere às relações bilaterais, Brasil e Estados Unidos firmaram o Acordo de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação na área de defesa, e o Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica (ATEC) Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, que versa sobre facilitação de comércio e administração aduaneira, boas práticas regulatórias e dispositivos anticorrupção. Brasil e China trabalharam pela implementação dos 16 acordos firmados por ocasião das visitas presidenciais de 2019 (brasileira a Pequim e chinesa a Brasília) e pela adoção, em 2021, de novo Plano Estratégico para orientar as relações bilaterais nos próximos anos, com base nos princípios de soberania, interesses compartilhados, respeito mútuo e não-interferência na política interna dos países. Já as relações Brasil e Índia destaca-se que foram firmados 15 acordos que incluem mecanismo de facilitação de investimentos, cooperação em bioenergia, petróleo e gás natural, geologia e recursos minerais e segurança cibernética.

A atuação da diplomacia econômica multilateral propiciou a adesão a mais de 17 instrumentos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que nos torna o país não-membro com maior número de adesões.

Ainda na política externa, é possível destacar as negociações comerciais com Canadá, Líbano e Singapura, com os quais espera-se concluir acordos de livre comércio até 2022. Na XII Cúpula do BRICS em 2020, o Brasil firmou a Estratégia para a Parceria Econômica do BRICS para o período 2020-2025, iniciativa que representa esforço conjunto de abordagem dos atuais desafios da economia internacional e de busca de soluções conjuntas a crises e para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio.

No campo ambiental foi reafirmado o compromisso de redução das emissões líquidas totais de gases de efeito estufa em 37% em 2025 e assumido oficialmente o compromisso de reduzir em 43% as emissões até 2030. Ainda nesse tema foi lançado o Diálogo Ambiental Brasil-EUA no qual o debate prioriza o bem-estar de comunidades indígenas na Amazônia; a promoção da bioeconomia; o combate à extração ilegal de madeira; e o incentivo a investimentos em saneamento básico.

No âmbito multilateral político destaca-se o esforço em angariar apoio para eleição do país a membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2022-2023 (processo eleitoral a realizar-se em 2021); e a continuidade ao trabalho desenvolvido com os parceiros do G4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia) e do “Grupo de Amigos da Reforma”, para avançar na reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Quanto ao Programa A Hora do Turismo, em 2020 o setor de turismo foi diretamente impactado pelas restrições sanitárias decorrentes da pandemia Covid-19. Nesse contexto foram implementadas medidas com a finalidade de assegurar condições mínimas de manutenção dos atores envolvidos no setor turístico, bem como criar mecanismos destinados a auxiliar a interlocução entre prestadores e consumidores dos serviços, com o objetivo de reduzir os prejuízos e adequar as atividades turísticas aos novos protocolos sanitários. Destacam-se entre essas medidas a elaboração de campanhas dispendendo sobre o cancelamento e a postergação de serviços contratados, sobre o reembolso de recursos, além da implementação de uma plataforma digital para resolução de conflitos.

O Fundo Geral do Turismo – Fungetur recebeu mais de R\$ 5 bilhões em crédito extraordinário, o que possibilitou a preservação dos empregos no setor, a adequação às novas exigências sanitárias, além da reforma e modernização de empreendimentos turísticos. Esse montante pode ser utilizado pelos mais de 118 mil prestadores de serviços registrados no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos. Ressalta-se que 93% desses recursos foram destinados a microempreendedores individuais (MEI), micro, pequenas e médias empresas.

Destaca-se ainda no setor turismo, a conclusão de 980 obras em todo país, a exemplo do Centro de Eventos e Pavilhão de Convenções do Balneário Camboriú em Santa Catarina e da Fábrica do Samba em São Paulo, e o desembolso de mais de R\$ 995 milhões para obras no setor ainda em execução.

Eixo Infraestrutura

Durante o ano de 2020, no âmbito das telecomunicações brasileiras, várias iniciativas contribuíram para a expansão do acesso à internet em alta velocidade e à inclusão digital da população brasileira, apesar dos impactos da pandemia da COVID-19, como o Programa Wi-Fi Brasil. O objetivo do programa é levar conectividade em alta velocidade a todas as localidades do país, onde não há nenhuma ou pouca conexão. Foram publicadas ainda chamadas públicas para conectar Unidades de Saúde da Família (USF) por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), resultando no atendimento a 1.328 estabelecimentos.

No tocante ao Programa Nordeste Conectado, 6 cidades-polo foram conectadas à rede troncal e suas redes metropolitanas estão sendo implantadas para expansão do atendimento a escolas e instituições de ensino. Por sua vez, lançado oficialmente em setembro de 2020, o Programa Norte Conectado prevê a construção de infraestrutura de rede de telecomunicações de fibra óptica subfluvial interligando as principais cidades da Amazônia, de modo a ampliar a infraestrutura de transporte de telecomunicações de alta capacidade em fibra óptica na região norte do País e permitir uma taxa de transmissão de dados de até 100 Gbps. Outra iniciativa refere-se ao Programa Cidades Digitais. Em 2020, 23 novas cidades receberam redes metropolitanas de fibra óptica, totalizando 183 cidades instaladas desde a criação do Programa. Houve avanços ainda com a publicação de uma nova regulamentação da política pública de debêntures incentivadas que propiciou a autorização da emissão de até R\$ 4,3 bilhões de debêntures para projetos que totalizam cerca de R\$ 5 bilhões em investimentos, inclusive em redes 5G. O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) repassou aos seus agentes financeiros responsáveis pela operacionalização de linhas de crédito R\$ 409 milhões para incentivar o processo de inovação tecnológica e ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Foram destinados ainda, R\$ 18 milhões para apoiar projetos de pesquisa e o desenvolvimento de soluções inovadoras por parte da Fundação CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações).

Em 2020, foram incorporados 4.932MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica centralizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o que representa 99% do previsto para o ano (4.998 MW) e um crescimento de aproximadamente 3% na oferta. Já a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil atingiu

179GW, mantendo a predominância de fontes renováveis (hidráulica, biomassa, eólica e solar), as quais representaram 83,3% do total. A fonte hidráulica possui a maior participação na matriz elétrica, com 61% (109 GW), seguida da fonte térmica, com pouco mais de 25%. Por sua vez, a fonte eólica chegou próximo a 10% da matriz e a fonte solar, incluindo Geração Distribuída – GD (geração distribuída é o termo dado à energia elétrica gerada no local de consumo ou próximo a ele), alcançou 4,3% no exercício.

Ademais, em 2020 foram ampliados 2.235 MW em usinas termelétricas (UTES). Destaca-se a conclusão da UTE Porto de Sergipe I, com 1.515 MW, a gás natural, no município de Barra dos Coqueiros, em Sergipe. Também foram concluídas as UTES U-50(150 MW) em Pernambuco, Vale do Paraná (49 MW) e Bioenergia Mococa (45 MW), ambas no estado de São Paulo. Na geração eólica, em 2020, entraram em operação comercial 1.725MW, distribuídos em 53 empreendimentos. Destaque-se, nesse ano, a entrada em operação do Complexo Eólico Lagoa dos Ventos, com 417 MW, no estado do Piauí. Na fonte solar centralizada, 21 empreendimentos foram concluídos, adicionando 793MW de capacidade instalada à matriz. Nessa fonte, destaca-se o Complexo Solar São Gonçalo, no Piauí, com 575 MW.

Ainda em 2020, é de relevância o forte crescimento da Geração Distribuída (GD), com ampliação de 2.521 MW – energia suficiente para atender cerca de 3 milhões de pessoas. Essa ampliação resultou em 4.577 MW de potência instalada total em dezembro desse ano. Quanto à transmissão de energia elétrica, em 2020, foram incorporados à Rede Básica um total de 7.622 km de novas linhas de transmissão e 18.072MVA de novos transformadores de alta tensão.

Neste primeiro ano de execução do PPA 2020-2023, importantes avanços foram alcançados no Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral, podendo-se destacar:

- Programa Mineração e Desenvolvimento - Elaborado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e aprovado pela Portaria nº 354, de 28 de setembro de 2020, o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD) define as diretrizes para o setor mineral brasileiro e está dividido em 10 planos compostos por 110 metas contendo ações específicas para a mineração, traçados para o período de 2020 a 2023. O principal objetivo do PMD é a expansão quantitativa e qualitativa do setor mineral brasileiro, visando converter o patrimônio mineral em riqueza para o desenvolvimento sustentável do país.
- Leilão de Áreas da CPRM - A CPRM planeja ofertar ao mercado, por meio de leilões, ativos minerários dos quais detém titularidade. Os empreendimentos fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e tratam-se de promessa de cessão de direitos minerários. O primeiro leilão, do Complexo Polimetálico (zinco, cobre e chumbo) de Palmeirópolis (TO), foi realizado em 2019 e a assinatura do contrato ocorreu em fevereiro de 2020.
- Leilão de Áreas da ANM - A oferta de áreas ao mercado é um dos principais mecanismos de ampliação da atratividade do setor mineral brasileiro junto a investidores. Atualmente, existe na ANM um passivo de cerca de 42 mil áreas em disponibilidade aguardando para serem publicamente ofertadas, tal como determina a legislação. O edital da 1ª Rodada de Disponibilidade de Áreas ofertou 502 áreas para fins de pesquisa mineral. Essa 1ª Rodada representou um marco para o setor de mineração, pois deu início à oferta regular de áreas aos agentes econômicos do setor. Em 29/12/2020, foi publicado o Edital da 2ª Rodada do Procedimento de Disponibilidade de Áreas da ANM, com cerca de sete mil áreas para prioridade de requerimento de pesquisa (6.755) ou lavra mineral (572), relativas a diversas substâncias minerais e distribuídas por 25 unidades federativas.

No setor de exploração e produção de petróleo e gás natural, destaca-se a publicação em abril de 2020 do Decreto nº 10.320/2020, que institui o Programa para Aprimoramento das Licitações de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural (BidSIM). A finalidade do programa é aumentar a competitividade e a atratividade das áreas a serem ofertadas nas rodadas de licitações para E&P. Podemos destacar, também, o Programa REATE 2020, instituído em dezembro de 2019 por meio da Resolução do CNPE nº 27/ 2019. Nessa linha, ressaltamos a publicação em junho de 2020 da Resolução do CNPE nº 4/2020 que dispõe sobre a redução de royalties e o

incentivo às empresas de pequeno ou médio porte nas atividades de E&P. Outro programa criado foi o Programa de Revitalização e Incentivo à Produção de Campos Marítimos (Promar), instituído em dezembro de 2020, pela Resolução nº 10/20 do CNPE, que tem como objetivo propor medidas para a criação de condições para a revitalização dos campos maduros de petróleo e gás natural localizados em mar no território nacional.

O setor de aviação civil sofreu um grande impacto em razão da pandemia do COVID-19 no ano de 2020. Houve uma redução expressiva na movimentação de passageiros nos aeroportos brasileiros (em torno de 60%) bem como no número de aeronaves em circulação (em torno de 40%). No entanto, foram adotadas medidas para garantir que o sistema de transporte aéreo não paralisasse por completo, por se tratar de um serviço essencial.

Apesar disso, houve o avanço nos estudos para a realização da 6ª rodada de concessões de aeroportos. A 6ª rodada contempla a concessão de 22 aeroportos divididos em 3 blocos (sul, central e norte). Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs) e documentos jurídicos foram aprovados pelo TCU em 08/12/2020.

Foram concluídas ainda as reformas dos aeroportos de Cascavel/PR, Santa Maria/RS e Oriximiná/PA e, por meio do programa de Segurança Contra Atos de Interferência Ilícita – AVSEC, foram instalados seis equipamentos do tipo pórtico detector de metais nos aeroportos de Carauari/AM, Cascavel/PR, Guanambi/BA, Redenção/PA, São Raimundo Nonato/PI e Três Lagoas/MS, e outros três equipamentos de raio-x nos aeroportos de Carauari/AM, Guanambi/BA e Três Lagoas/MS.

O setor de transporte aquaviário mostrou uma grande resiliência frente ao desafio da pandemia do COVID-19 em 2020. Houve um aumento de 4,2% na movimentação portuária, sendo que as commodities foram as mercadorias que mais contribuíram para o crescimento da movimentação de cargas.

Com relação aos terminais portuários, foram realizados 8 leilões de concessão, sendo que 3 contratos foram assinados ainda em 2020. As três concessões concluídas em 2020 foram:

- Porto do Mucuri/CE (MUC02): leiloado em 15 de abril por R\$ 3,4 milhões em outorgas, com investimentos previstos de R\$ 10,0 milhões. Destinado à movimentação de cargas da indústria de pescado. A assinatura do contrato ocorreu em 21 de abril de 2020;
- Porto de Santos/SP (Terminais STS14 e STS14A): leiloados em 28 de agosto de 2020 por R\$ 505,0 milhões em outorgas, com investimentos previstos de R\$ 420,0 milhões. São destinados à movimentação de carga geral (celulose). A assinatura dos contratos ocorreu em 16 de novembro de 2020.

Ainda no âmbito do transporte aquaviário, foram ainda concluídas 2 dragagens: uma no porto de Santos/SP e outra no Porto do Rio Grande/RS. Também foram realizadas manutenções em oito hidrovias, sendo duas na região nordeste (São Francisco e Parnaíba), três na região norte (Madeira, Tocantins e Amazonas), uma na região sul (Hidrovia do Sul) e duas de âmbito nacional (Paraguai e Paraná), totalizando um total de 8 manutenções.

Na questão da regulação do trânsito, algumas iniciativas desburocratizantes foram implementadas, com a substituição de documentos em papel por versões digitais, como a Carteira Digital de Trânsito (CDT) e o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Digital (CRLVe), medidas que otimizaram os serviços e facilitaram a interface do cidadão com os órgãos competentes. O Contran também aprovou os requisitos de segurança para a circulação de veículos transportadores de contêineres, que contribui para o aumento da produtividade e redução dos custos do transporte de cargas com baixa densidade. Os containers permitidos serão de 53 pés, já utilizados em transporte rodoviário e ferroviário em outros países.

No âmbito das concessões rodoviárias, foram concedidos 220,42 km da BR-101/SC entre os municípios de Paulo Lopes/SC e a divisa com o Estado do Rio Grande do Sul. O leilão foi realizado em 21/02/2020 e o contrato assinado em 06/07/2020. Também foi concluída a pavimentação da BR-163/PA (divisa MT/PA – Porto de Miritituba/

PA); realizada a manutenção de mais de 56,6 mil km de estradas federais cobertas por contratos do Programa Anual de Trabalho e Orçamento (PATO) ou Contratos de Restauração e Manutenção (CREMA), sendo 6,9 mil km de trechos não pavimentados; e realizada a execução de serviços estruturantes nas rodovias BR-163/PA, BR-158/PA, BR-135/MA, BR-174/MT e BR-364/RO.

Não houve a construção ou concessão de ferrovias em 2020. No entanto, os estudos para a concessão do trecho I da Ferrovia de Integração Oeste Leste – FIOL, localizada no estado da Bahia, avançaram, tendo sido realizado o leilão de concessão no primeiro semestre de 2021.

Ações de infraestrutura também foram realizadas no âmbito do desenvolvimento regional e urbano. No ano de 2020, foram finalizados, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, 33 empreendimentos de abastecimento de água, beneficiando 160.976 famílias e foram concluídos 51 empreendimentos de esgotamento sanitário, beneficiando mais de 271.776 famílias, superando em muito as metas previstas para o ano.

Foram concluídos também 21 empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais, beneficiando mais de 346 mil famílias, visando ampliar a capacidade dos municípios na preparação frente aos riscos e a resposta aos eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos. Também se realizou a capacitação de 2.852 agentes em proteção e defesa civil, priorizando o formato à distância, e resultando em 478 entes capacitados para atuarem em seu âmbito de competência.

No fortalecimento da infraestrutura de mobilidade urbana, 41 empreendimentos de transporte coletivo urbano foram concluídos, somando cerca de R\$ 2,17 bilhões em investimento do Governo Federal em requalificação e infraestrutura de sistemas de transporte público pelo país, com destaque para a região Sudeste, que foi contemplada com 28 empreendimentos, somando-se oito empreendimentos na região Sul, dois empreendimentos no Nordeste, dois na região Centro-Oeste e um empreendimento na região Norte.

No tema de transportes não motorizados, os resultados foram prejudicados pelo estado de emergência em saúde pública ocasionado pelo Coronavírus (COVID-19), que teve impacto direto tanto no andamento dos empreendimentos já contratados quanto na disponibilidade de recursos (financeiros e humanos) para desenvolvimento das ações previstas. Não obstante, foram finalizados 36 empreendimentos e investidos cerca de R\$ 471 milhões reais com recursos do Governo Federal em requalificação e infraestrutura destinada ao transporte não motorizado, como vias para pedestres com acessibilidade universal, ciclovias e ciclofaixas, passarelas e travessias para pedestres e ciclistas, sistemas de rotas acessíveis e cicláveis, além de bicicletários e paraciclos.

O ano de 2020 foi marcado pela estruturação e lançamento do Programa Casa Verde e Amarela – PCVA. No que diz respeito ao acesso à habitação, destaca-se como principal resultado de 2020 a melhoria das condições de vida de 455.729 famílias, por meio do acesso a moradia e pela melhoria nas suas condições de habitabilidade. Para isso contribuíram as entregas efetivas de 422.372 unidades habitacionais (UH) no Programa Casa Verde e Amarela (PCVA), Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e pelo PAC Urbanização, assim como as 33.357 famílias beneficiárias devido à urbanização de assentamentos precários.

Destaca-se que mesmo em um contexto de crise econômica motivada pela pandemia mundial de COVID-19, as contratações de financiamento com pessoas físicas superaram o patamar do ano anterior e alcançaram 365.036 unidades habitacionais.

No âmbito dos recursos hídricos, os investimentos mais significativos foram destinados às obras de infraestruturas capazes de ampliar a capacidade de adução e reserva de água bruta, como construção de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração, que ampliam a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas, reduzindo os riscos associados a eventos hídricos extremos. Merecem destaque os avanços na execução de obras estruturantes como o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), o Ramal do Agreste Pernambucano, a Adutora do

Agreste de Pernambuco, do Cinturão das Águas do Ceará, o Canal do Sertão Alagoano e a Vertente Litorânea Paraibana, essenciais para a promoção do desenvolvimento regional.

Em 2020, foi concluído o enchimento do Reservatório Jati, o que possibilitou o início da entrega de água no Cinturão das Águas do Ceará. No que se refere à entrega de água à Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, pelo Eixo Norte do PISF, beneficiando PB e RN, ocorreu atraso devido a dificuldades enfrentadas na fase de comissionamento e testes das estruturas, destacadamente no reservatório Jati. Todas as medidas necessárias foram tomadas pela SNSH e a entrega está prevista para 2021.

Em 2020, foi formatado o Programa Águas Brasileiras, cujo principal objetivo é a promoção da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos hídricos, estabelecendo ferramentas que favorecem a participação da iniciativa privada no desenvolvimento dessa tipologia de projetos. Em meio às restrições impostas pela pandemia de Covid-19, o processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH foi bastante impactado, tendo sido necessária a prorrogação do plano vigente para dezembro de 2021 e o ajuste do período do novo Plano, que vigorará entre 2022 e 2040.

Eixo Estratégia de Defesa

No período de 2020 a 2023, o Programa Defesa Nacional manteve a estratégia adotada no PPA anterior priorizando os projetos estratégicos dos três comandos militares. A prioridade concedida aos projetos com a sua inclusão no seletor grupo de investimentos plurianuais prioritários (Lei nº 13.971/2019 anexo III, seção I) considera o fato que esses projetos incluem transferências de tecnologia importantes para a evolução da Base Industrial de Defesa.

Contudo, a partir do segundo semestre de 2020, o país foi submetido a vários tipos de limitações decorrentes da pandemia Covid-19 que afetou as atividades militares, a base industrial de defesa e da mesma forma afetou as nações com as quais mantemos relações na esfera militar, sendo algumas delas nações fornecedoras de tecnologia e materiais militares. Com isto algumas entregas contratuais (materiais e serviços) foram postergadas, acarretando a necessidade de repactuação dos cronogramas físicos e financeiros dos contratos.

Não obstante as limitações de ordem orçamentária e as dificuldades decorrentes da crise provocada na saúde pública pela pandemia, houve avanço no grau de preparo das forças armadas e a meta prevista, que era atingir em 2020, 70% no '*índice de operacionalidade das Forças Armadas*' foi superada, atingindo-se o valor de 71,6%, principalmente devido a alguns avanços obtidos nas áreas de adestramento, capacidade operativa e prontidão logística.

No Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional estão contempladas as atividades de cooperação civil desenvolvidas pelo Ministério da Defesa: Programa Calha Norte; Programa Segundo Tempo - Forças no Esporte; Ensino Profissional Marítimo; Projeto Soldado Cidadão; Projeto Rondon; Sistema de Proteção da Amazônia -Sipam e o programa de Atletas de alto rendimento.

Em 2020, o índice de realização das ações de cooperação, em função das restrições sanitárias decorrentes da Pandemia, atingiu o percentual de 75,1%, ante a meta originalmente pactuada de 81%. Destacaram-se como medidas mitigadoras dos impactos, a introdução da modalidade de ensino à distância (EAD) para a formação de aquaviários (Ensino Profissional Marítimo - EPM) e para os cursos do Projeto Soldado Cidadão, bem como a entrega de *kits* alimentação aos beneficiários do Programa Segundo Tempo - Forças no Esporte, em substituição às atividades presenciais.

Os 5 planos setoriais constituintes do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica são: a) o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), b) o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), c) o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), d) o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI-Oceanos) e e) o Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

Não obstante as várias limitações sociais e econômicas em face da pandemia Covid-19 que também impactaram as atividades da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, entidade coordenadora dos planos setoriais constituintes do Programa, houve a superação da meta prevista para 2020. As limitações acima reportadas causaram atrasos e entraves na aquisição de materiais junto a fornecedores, comprometendo o alcance de algumas das metas estabelecidas no programa.

Esses foram os destaques trazidos pelo monitoramento do PPA 2020-2023, ano base 2020. Informações completas podem ser obtidas nos Volumes I e II do Relatório de Monitoramento.

DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS PLURIANUAIS - 2020(ART. 15, INCISO III, LEI 13.971/2019)

R\$ milhões

PROJETO DE INVESTIMENTO	PLOA	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO ²	LIQUIDADO	PAGO	PAGO + RAP PAGO
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	159,1	150,1	158,0	158,0	158,0	158,0	158,0
SIRIUS - Construção de Fonte de Luz Síncrotron	150,1	141,6	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0
Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano	9,0	8,5	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	50,0	48,2	48,2	48,2	48,2	48,2	48,2
Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados	50,0	48,2	48,2	48,2	48,2	48,2	48,2
MINISTÉRIO DA DEFESA²	3.783,2	3.757,7	3.634,9	3.850,5	3.850,5	3.480,9	4.061,5
Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Nuclear ²	1.379,5	1.379,6	1.384,2	1.431,0	1.431,0	1.381,4	1.469,1
Programa Estratégico ASTROS 2020	155,9	120,9	105,1	105,1	105,1	84,9	195,8
Programa Estratégico do Exército Guarani	364,8	375,4	323,4	321,9	321,9	192,2	314,8
Programa Nuclear da Marinha	143,0	139,0	135,0	134,8	134,8	77,7	242,1
Projeto FX-2 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins ²	951,4	951,5	926,4	1.100,9	1.100,9	1.086,9	1.087,3
Projeto KC-390 - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares	622,2	624,9	601,1	600,1	600,1	572,0	599,6
Projeto KC-X - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar	166,4	166,4	159,8	156,7	156,7	85,8	152,8
MINISTÉRIO DA SAÚDE	175,0	175,0	102,0	102,0	102,0	91,3	115,7
Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs	3,0	3,0	-	-	-	-	-
Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no RJ	172,0	172,0	102,0	102,0	102,0	91,3	115,7
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	654,2	650,1	1.177,1	1.177,1	1.177,1	1.033,3	1.082,3
Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano	304,2	277,4	604,5	604,5	604,5	539,9	545,0
Integração do Rio São Francisco (Eixo Leste)	150,0	139,3	134,9	134,9	134,9	81,8	95,2
Integração do Rio São Francisco (Eixo Norte)	200,0	233,5	437,8	437,8	437,8	411,6	442,1
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	7,0	7,0	5,6	5,4	5,4	3,2	14,9
Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS	1,0	1,0	1,1	0,9	0,9	-	-
Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses	6,0	6,0	4,5	4,5	4,5	3,2	14,9
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	1.319,7	1.274,9	1.783,8	1.783,3	1.783,3	1.223,7	1.786,8
BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE	50,0	48,4	122,7	122,7	122,7	104,8	134,0
BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA - Entr. BR-324	90,0	97,0	96,9	96,9	96,9	60,3	105,8
BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul - Pelotas	96,0	123,0	146,7	146,7	146,7	94,5	159,2
BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil	90,0	100,7	113,0	113,0	113,0	90,3	120,3
BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém	70,0	66,8	106,2	105,8	105,8	65,1	115,1
BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra	80,0	79,5	104,0	104,0	104,0	85,8	96,6
BR-163/PR - Adequação Entr. BR-277 - Cascavel - Marmelândia	80,0	73,8	97,5	97,5	97,5	76,4	89,9
BR-280/SC - Adequação - S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul	80,0	73,7	108,3	108,3	108,3	91,9	128,9
BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte	112,0	127,3	181,1	181,1	181,1	114,9	213,1
BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio do Sul	80,0	73,7	171,7	171,7	171,7	146,7	180,3
Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus-Barreiras/BA)	366,7	294,3	409,4	409,4	409,4	206,8	300,8
Construção da Segunda Ponte - Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS	90,0	82,7	90,1	90,1	90,1	66,8	104,2
Porto de Pecém - Acesso Rodoviário - BR-222/CE	35,0	33,8	36,3	36,3	36,3	19,3	38,5
TOTAL DOS 30 PROJETOS²	6.148,2	6.063,1	6.909,6	7.124,6	7.124,6	6.038,5	7.267,4

Fonte: SIOP

² Devido a questões contábeis que envolvem a variação cambial no exercício, nos projetos do Submarino e do FX-2 o valor empenhado superou a dotação atual.